

O IMPACTO DA RODOVIA BR-163 NA VIDA ATUAL DOS INDIOS MEKRÃGNUTI

Relatório de Certas Atividades do Instituto Kabu no Quadro do PBA –
Componente Indígena

Por
Gustaaf Verswijver

Colaboração de
Cleber Oliveira Araújo

2010

SUMÁRIO

O IMPACTO DA RODOVIA BR-163 NA VIDA ATUAL DOS INDIOS MEKRÃGNOTI.....	4
RELATÓRIO DE CERTAS ATIVIDADES DO INSTITUTO KABU NO QUADRO DO	4
PBA — COMPONENTE INDÍGENA (ANO 2010)	4
1 INTRODUÇÃO.....	4
2 METODOLOGIA.....	5
3 LIDERANÇAS, PROGRAMAS DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS E CIRCULAÇÃO DOS BENS.....	6
3.1 O período pré-pacificação (precedem 1950).....	6
3.2 O período seguindo a pacificação (1970s até 2002)	7
4 OS PROJETOS NO PERÍODO DO INSTITUTO RAONI (2002-2007)	11
5 OS PROJETOS NO PERÍODO DO INSTITUTO KABU (2007 FF)	13
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	16
7 O PROCESSO DE FACIONALISMO NA SOCIEDADE MEKRÃGNOTI E AS IMPLICAÇÕES PARA O PADRÃO DE OCUPAÇÃO DA TERRA INDÍGENA.....	16
7.1 A cisão entre o Instituto Raoni e o Instituto Kabu.....	16
7.2 O processo fragmentário na sociedade mekrãgnoti	20
7.3 A ocupação e a socialização do território	23
7.4 A instalação de uma nova aldeia, mais perto da BR-163	25
7.5 Cisões ‘anunciadas’ e o movimento em direção da BR-163	27
8 A COMPLICADA SITUAÇÃO DA ALDEIA BAÚ	29
8.1 Garimpagem na terra indígena baú.....	29
8.2 Sugestões para ações do Instituto Kabu.....	31
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
10 AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL ESTRATÉGICA NO CONTEXTO DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA MITIGAÇÃO, COMPENSAÇÃO DE IMPACTOS NEGATIVOS E POTENCIALIZAÇÃO DE IMPACTOS POSITIVOS DA PAVIMENTAÇÃO DA BR-163.....	33
11 A EXECUÇÃO DO PBA-BR163, COMPONENTE INDÍGENA, A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E TRATADOS INTERNACIONAIS.....	34
12 PROPÓSITOS E OBJETIVOS ALCANÇADOS EM UM CONTEXTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE CERTOS IMPACTOS POSITIVOS DA BR-163 NA ECONOMIA KAYAPÓ MEKRÃGNOTI.....	39
12.1 Subprograma:	39
12.1.1 Apoio a Alternativas econômicas sustentáveis.....	39
13 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA O SUBPROGRAMA DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS	41
13.1 Riscos e dificuldade nos processos de geração de renda entre os Mekrãgnoti	41
14. PROPÓSITOS E OBJETIVOS ALCANÇADOS EM UM CONTEXTO DE MITIGAÇÃO DE IMPACTOS NEGATIVOS DA BR-163 NO TERRITÓRIO KAYAPÓ MEKRÃGNOTI....	42
14.1 Subprograma:	42
14.1.1 Proteção e Fiscalização das TIs.....	42
15 AÇÕES BEM ARTICULADAS NA FORMAÇÃO DE AGENTES INDÍGENAS VOLUNTÁRIOS PARA FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA TERRITORIAL.....	43
15.1 Expedição de vigilância no extremo norte da terra indígena Baú, Rio Curuá	43
15.2 Novas expedições de vigilância nas Terras Indígenas	44

15.3	Vigilância e verificação de queimadas.....	44
15.4	Fiscalização na Terra Indígena Menkragnoti.....	44
15.5	Considerações a respeito das ações ligadas a fiscalização e vigilância.....	45
16.	Os cuidados e o aprendizado com as estradas.....	46
16.1	Subprograma:	46
16.1.1	Acesso e ramais.	46
16.2	Recomendações emergenciais para o uso das estradas pelos indígenas.....	47
17	AS AÇÕES QUE RECOMENDAM CUIDADOS NA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE ENVOLVENTE	48
17.1	Subprograma:	48
17.2	Educação ambiental	48
17.3	O seminário sobre dst/aids e alcoolismo entre os Kayapó Mekrãgnoti.....	48
17.4	Recomendações e sugestões para ações educativas e preventivas sobre dst e alcoolismo entre os Kayapó Mekrãgnoti.....	49
18	O PROJETO ALDEIA LIMPA E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO DA REDUÇÃO DA GERAÇÃO DO LIXO NAS ALDEIAS MEKRÃGNOTI.....	49
18.1	Pontos importantes na consolidação das ações de redução do lixo nas aldeias	51
18.2	Recomendações e sugestões para ações do Projeto Aldeia Limpa	51
19	Subprograma:	51
19.1	Documentação.....	51
20	CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
	BIBLIOGRAFIA	54
	ANEXO 1 - Mapa da região ocupado pelos Mekrãgnoti e Metuktire (1905-1975) apud Verswijver (1992; 343).....	55
	ANEXO 2 - A ‘descoberta’ pelos Mekrãgnoti da BR-163.....	56

O IMPACTO DA RODOVIA BR-163 NA VIDA ATUAL DOS INDIOS MEKRÃGNOTI. RELATÓRIO DE CERTAS ATIVIDADES DO INSTITUTO KABU NO QUADRO DO PBA — COMPONENTE INDÍGENA (ANO 2010)

Por Gustaaf Verswijver¹

1 INTRODUÇÃO

O componente indígena do Programa Básico Ambiental (PBA) tem por finalidade “*mitigar os impactos negativos e otimizar os impactos positivos decorrentes da obra de pavimentação da BR-163 de forma a garantir a integridade física e cultural das comunidades indígenas envolvidas assim como a preservação de suas terras e recursos naturais*” (PBA BR-163, 2006). Conforme estipulado na Licença Prévia de nº 225/2005 como condicionante para emissão da Licença de Instalação do projeto de pavimentação da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém), necessita-se uma avaliação anual das atividades efetuadas dentro do esquema deste componente indígena do PBA.

Conforme convênio 001/2010 com a FUNAI, o Instituto KABU está responsável pela execução do PBA nas aldeias kayapó localizadas dentro das Terras Indígenas Baú e Menkragnoti. O Instituto Kabu é uma ONG criada por três comunidades Kayapó e tem sua sede em Novo Progresso (PA). O objetivo do Instituto Kabu é de conservar a floresta e a cultura do povo Mebêngôkre Kayapó — Mebêngôkre sendo a autodenominação dos Kayapó.

Este relatório trata da avaliação das atividades efetuadas no PBA – componente indígena em 2010. Não cabe neste relatório discutir os diferentes programas e subprogramas em andamento, pois estes são devidamente apresentados nos relatórios semestrais. Cabe, sim, neste relatório apresentar avaliações e considerações de ordem geral, colocando a evolução dos acontecimentos recentes no contexto histórico e na cultura Kayapó — e Mekrãgnoti em especial.

¹ VERSWIJVER, Gustaaf é antropólogo, especialista nos índios Kayapó (Mekrãgnoti e demais) e grupos vizinhos. Ele está vinculado ao Museu real da África central (Tervuren), onde trabalha na secção de Etnografia.

2 METODOLOGIA

Este relatório reúne e analisa dados coletados num trabalho de campo realizado entre 23/11/2010 e 08/12/2010, ao lado de observações etnográficas feitas durante o período 1974-2007 nas diferentes comunidades Kayapó do grupo Mekrãgnoti². Durante este período, tivemos a ocasião de passar em quatro aldeias Kayapó localizadas dentro das Terras Indígenas Baú e Menkragnoti e que hoje fazem parte do Instituto Kabu. O período remanescente foi passado em Novo Progresso (PA), onde esta localizada a sede do Instituto Kabu e onde tivemos a oportunidade de observar o funcionamento do programa PBA dentro do Instituto, e de interagir com a coordenação do programa.

Durante estes 16 dias de trabalho de campo, foram feitas entrevistas com os coordenadores e agentes indígenas e não-indígenas do Instituto Kabu e da FUNAI. Ademais, houve muitas conversas informais com lideranças e outros membros das diversas aldeias Mekrãgnoti. Assistimos também as várias reuniões nas Casas dos Homens, sedes da vida política de cada aldeia Kayapó. O foco da pesquisa de campo foi o funcionamento do PBA e seus seis subprogramas, como também o processo de faccionalismo entre as diferentes comunidades. Este último ponto é capital para compreender a política interna e a dinâmica na região, e será apresentado com mais detalhe neste relatório.

Vários pontos sempre voltaram durante as discussões com os Índios Mekrãgnoti, sendo estes, a preocupação com a conservação do habitat e a necessidade para as comunidades tornarem-se financeiramente independentes graças a preceitos gerados através de programas de alternativas econômicas. Para ser fiel às mensagens transmitidas pelos indígenas Mekrãgnoti, serão tratados especialmente estes dois tópicos no presente relatório.

² Sendo que este relatório trata especificamente dos Índios ocupando as Terras Indígenas Baú e Menkragnoti, será utilizado o termo Mekrãgnoti para referir aos habitantes dessas duas reservas. Incluímos, assim, os Mekrãgnoti setentrionais (Terra Indígena Baú) e os Mekrãgnoti centrais (Terra Indígena Menkragnoti), mas excluímos os Mekrãgnoti meridionais (Terra Indígena Capoto/Jarina) que aqui serão referidos com o termo Metuktire, uma das autodenominações deste grupo mekrãgnoti — na literatura, os Metuktire são também chamados Txukarramãe ou Tshukahamai. Ademais, no presente relatório, o termo Kayapó será reservado para colocações mais gerais sobre o povo Kayapó (Mebêngôkre) que, além dos Mekrãgnoti, inclui os diversos grupos Gorotire (inclusive os Kokraimôrô) e os Xikrin.

3 LIDERANÇAS, PROGRAMAS DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS E CIRCULAÇÃO DOS BENS

Nos últimos anos, aconteceram várias cisões nas aldeias dos Mekrãgnoti e de seus parentes próximos, os Metuktire. Esse processo não é novo, pois já vem acontecendo a cerca de um século. Porém, sendo que o quadro sociopolítico e econômico dentro do qual as cisões se situam atualmente, diferem essencialmente da situação em períodos anteriores, é importante especial atenção no contexto histórico e suas implicações.

3.1 O período pré-pacificação (precedem 1950)

Para entender os fundos das separações internas mencionadas, é preciso entender a importância dos primeiros contatos intensivos dos Mekrãgnoti com a sociedade brasileira. Os diferentes grupos mekrãgnoti estabeleceram contatos pacíficos com a sociedade brasileira na década de 1950. Para os Mekrãgnoti, essa ‘pacificação’ fora, sobretudo, um meio mais conveniente de suprir as necessidades que já tinham adquirido de bens industrializados. Fato é que quando os agentes ‘pacificaram’ os mekrãgnoti na década de 1950, esses indígenas já eram dependentes dos bens brasileiros. Essa dependência data do final do século XIX e início do XX quando os Mekrãgnoti (e os outros Kayapó) começaram a reagir contra a invasão do habitat deles por brasileiros. Durante esses ataques iniciais, saquearam as moradias dos brasileiros e assim começaram a apreciar (e depois, necessitar) ferramentas e outros bens como armas de fogo. Nas décadas seguintes, o motivo principal desses ataques era para obtenção de armas e outros bens industrializados.

Os ataques contra os invasores brasileiros rapidamente aumentaram e, durante as primeiras cinco décadas do século XX, cada aldeia Mekrãgnoti e dos demais grupos Kayapó costumava organizar uma média de mais de uma expedição guerreira por ano contra os brasileiros. Essa ‘hiperatividade’ militar³ visava o controle sobre o território, mas o foco era a obtenção dos bens

³ Termo emprestado de TURNER (1992: 330).

industrializados, em particular as armas de fogo⁴. A organização dos ataques e o constante estado de alerta tiveram um impacto maior sobre a sociedade mekrãgnoti. Um dos fenômenos diretamente ligados ao aumento de expedições guerreiras era o fortalecimento da liderança. No sistema anterior à mobilização guerreira, a função de líder era basicamente ligada à lealdade de seus seguidores. Essa lealdade era obtida através do sistema de grupos comunitários (as sociedades dos homens⁵) e das grandes cerimônias coletivas. Assim, coube ao líder motivar os membros de sua sociedade (e, em extensão, da comunidade inteira) para que os mesmos aceitassem as suas propostas e agissem em conformidade. A intensificação das hostilidades alterou essa posição: a importância das formas institucionais normativas das comunidades diminuiu enquanto aumentou a solidariedade entre lideranças guerreiras e seus seguidores. De modos que, as sociedades dos homens funcionaram como núcleo das expedições guerreiras, os seus líderes gradualmente conseguiram acumular forças políticas, alguns até começando a agir como verdadeiros dirigentes. De modos que as lideranças controlaram a circulação dos bens obtidos através dos ataques por eles organizados, pois sabiam justificar suas atividades e aumentar sua importância como fornecedores dos meios essenciais da sobrevivência da comunidade.

A dependência da sociedade nacional que se criou gradualmente nas primeiras décadas do século XX explica a facilidade da dita ‘pacificação’ dos inveterados guerreiros mekrãgnoti na década de 1950. Para os Mekrãgnoti, a paz estabelecida com a sociedade nacional através da ‘pacificação’ era basicamente uma continuação da guerra por outros meios: os Mekrãgnoti não entraram em contato pacífico com os brasileiros ‘porque lhes faltassem panelas’, muito pelo contrário, porque os tinham e, tendo aprendido a precisar delas, estavam dispostos a adotar um meio mais fácil de conseguir mais (TURNER 1992: 330).

3.2 O período seguindo a pacificação (1950s até 2002)

A dita ‘pacificação’ teve um impacto maior na vida dos Mekrãgnoti. Logo depois de entrar em contato direto com a sociedade nacional, as comunidades mekrãgnoti enfraqueceram devido à alta mortalidade causada pela introdução de novas doenças e a falta de acompanhamento médico. O período inicial de sofrimento (anos 1950 - 1960) foi seguido por um período de lenta

⁴ Essas armas eram necessárias não apenas para agilizar certos ataques, mas, sobretudo, para a autodefesa.

⁵ Sociedades dos homens são fações políticas formadas pelos homens casados que se reuniam diariamente dentro da casa dos homens. Em geral, cada sociedade tem um líder, mas pode ter mais.

recuperação (anos 1970-1980). Durante toda esta época, cessaram as expedições guerreiras que, antes, figuraram entre as principais formas de movimento dos grupos. Paralelamente, ocorreu um processo de adaptação que resultou na diminuição da frequência (e da extensão) das migrações⁶. Sabendo que no período pré-pacificação ‘deslocamentos de grupos separados ou expedições guerreiras eram frequentemente usados para expressar a tensão e a oposição entre grupos rivais dentro de uma comunidade’ (TURNER 1992: 334), qualquer diminuição dessas atividades migratórias poderia levar a um aumento de tensões nas aldeias e, portanto, eventualmente a cisões.

Ademais, a cessão das guerras fez com que as lideranças tivessem que procurar outros meios para assegurar o influxo dos bens industrializados, e isto sempre em quantias maiores, pois as necessidades aumentaram paralelamente com a dependência. De fato, a relativa facilidade de acesso aos objetos brasileiros depois da pacificação resultou num círculo vicioso. Como já foi dito, os Mekrãgnoti aceitaram entrar em contato amistoso com a sociedade brasileira porque queriam obter bens⁷: eles consideravam o contato como uma maneira mais fácil de adquiri-los. Porém, até na década de 1970, vinte anos após a pacificação, ocasionalmente ouviu-se os Mekrãgnoti centrais dizerem que aspiravam voltar à vida nômade, ‘percorrendo no mato e atacando os outros’ como sempre tinham feito. Essas ameaças foram expressas à medida que a FUNAI falhava em dar o apoio que os indígenas consideravam essencial para manter o bom relacionamento entre eles e a sociedade nacional. Este apoio incluía principalmente a assistência médica e o fornecimento de produtos industrializados. Até no início da década de 1980, os benefícios chegaram escassamente, mas as quantias, mesmo limitadas, pareciam satisfazer a maioria da população. As reclamações surgiram especialmente quando houve rupturas na continuidade de fornecimento dos mesmos, sendo que estes rompimentos eram essencialmente devidos à falta de transporte⁸. Porém, o aumento progressivo da população e da dependência dos

⁶ Como veremos mais adiante, os Mekrãgnoti ainda hoje continuam fazendo vários tipos de migrações e expedições, mas de duração mais curta e, em certos casos, cobrindo distâncias menores.

⁷ É importante ressaltar que os Mekrãgnoti confirmam que foram eles que pacificaram os Brancos, e não vice versa. Este ponto de vista ilustra que no olhar dos Mekrãgnoti, naquela época e naquele momento eles consideraram que ocuparam uma posição dominante, tendo o poder de entrar em contato amistoso com a expedição dos agentes de contato, ou de matar todos, pegando os bens que traziam.

⁸ Na década de 1970, a aldeia dos Mekrãgnoti central recebeu uma média de cinco ou seis voos por ano. Devido à escassez de voos, que sempre vinham lotados com material para facilitar a vida do chefe de posto ou do atendente de enfermagem, inclusive remédios e combustível para o gerador, deixando pouco lugar para os bens tão cobiçados pela comunidade.

bens resultou num acréscimo contínuo das demandas pelas comunidades, e excederam as capacidades da FUNAI que não podia mais assumir a transferência espontânea e sem custos dos fornecimentos.

Há dois momentos que marcam a história recente dos Mekrãgnoti e seus parentes kayapó: a década de 1950, por ser o período quando os grupos mekrãgnoti foram ‘pacificados’, e o ano de 1980, quando milhares de garimpeiros invadiram a área dos Gorotire⁹. Inicialmente, os Gorotire impediram essa exploração predatória, mas aos poucos cederam pela pressão e foram se acomodando, especialmente quando conseguiram estabelecer contratos que garantiam uma porcentagem financeira da receita desta produção. Como se tratava de volumes impressionantes de ouro extraídos da região, logo os Gorotire receberam grandes quantias de dinheiro¹⁰. Seguiu-se um período de fartura; os Gorotire tinham um poder aquisitivo excessivo, o que lhes permitiu comprar grandes quantias de bens, inclusive carros e casas nas cidades envolvidas, e de continuamente fretar aviões para ir fazer compras ou simplesmente passear. Esse poder aquisitivo aumentou ainda quando, alguns anos depois, os mesmos indígenas fecharam acordos com madeireiros que queriam explorar o mogno dentro das suas terras. O poder aquisitivo dos Gorotire despertou a inveja nos outros grupos kayapó e assim, madeireiros e garimpeiros encontraram poucas dificuldades para estender as suas ações nas outras reservas ocupadas por grupos kayapó¹¹: os Mekrãgnoti finalizaram convênios com madeireiros e garimpeiros em 1987 garantindo para eles também acesso ‘ilimitado’ aos bens tão cobiçados. Seguiu-se o que (ZIMMERMAN 2005: 4) apropriadamente chamou de *party time* (‘tempo de festa’).

Como era o caso na época pré-pacificação, neste período também a circulação dos bens era controlado pelas lideranças. Desta vez apenas alguns deles tiveram acesso a esta faculdade,

⁹ Os Kayapó-Gorotire ocuparam duas aldeias localizadas na beira do Rio Fresco (Gorotire e Kikretum), afluente da margem direita do Rio Xingu. Sendo essas as aldeias kayapó mais perto do Rio Araguaya, de onde se expandiu a frente de ocupação do Sul do Estado do Pará, os Gorotire foram os primeiros dos Kayapó a subir pressões de exploração predatória.

¹⁰ Os indígenas nem sempre receberam essa renda em dinheiro, certos donos dos garimpos preferindo passar ao pagamento dos gastos dos Índios conforme as suas necessidades, assim podendo manipular os contos e exigindo mais concessões dos Índios.

¹¹ A única exceção foi a da Terra Indígena Capoto/Jarina, ocupados pelos Metuktire, que recusaram qualquer ação predatória naquele território. Esta exceção pode parcialmente ser explicada pela atitude firme de Raoni e dos outros líderes metuktire. Do outro lado, naquela mesma época Megaron, sobrinho de Raoni, era diretor do Parque do Xingu, posição que lhe permitiu atribuir uma assistência contínua aos seus parentes que assim viram suas necessidades atendidas sem dever recorrer à outorgação de concessões para exploração.

exercendo o controle absoluto: os outros eram excluídos e dependiam da boa vontade das lideranças que tinham fechado os convênios. Isto deixou os demais na mesma posição que os seguidores daquelas lideranças que controlaram o fluxo dos bens: os demais tinham que pedir para obtê-los — uma liderança até usou o termo mendigar. Inútil dizer que em alguns casos, os demais líderes encontraram-se numa posição muito pouco confortável e que depararam com maior dificuldade para manter o seu grupo de seguidores. O resultado deste procedimento é que os chefes que controlavam o fluxo dos bens tornaram-se lideranças gerais da comunidade, um fenômeno que era inexistente antes. Estes ‘super-líderes’ se projetaram como porta-voz das comunidades e nisto foram apoiados pelos madeireiros e garimpeiros que se sentiram mais confortáveis em tratar com pessoas que já conheciam e que consideravam as ‘grandes chefias’ da aldeia: eles preferiam isto a ter que tentar negociar com a comunidade inteira, seus diferentes líderes e outros representantes. A mudança no estatuto e o cargo das lideranças tal como ocorreu no período 1985-2010, e as implicações deste processo para a vida dos Mekrãgnoti, fazem parte do sistema adaptativo das sociedades Mekrãgnoti e são inerentes à dinâmica daquelas sociedades¹². Nesta altura cabe notar que aqueles super-líderes não somente controlavam a circulação dos bens e de todas as outras prestações para os membros das comunidades (voos, pagamento de contas na cidade, apoio aos patrocinadores de cerimônias...), mas que, assim sendo feito, acumulariam prestígio e força além do que era em vigor na época pré-pacificação.

Inútil dizer que neste período de fartura, a dependência dos bens brasileiros aumentou exponencialmente. Quando, em 2002, foi decidido revogar os convênios com madeireiros e garimpeiros, logo em seguida as comunidades reivindicaram a falta de materiais: ‘estamos sem nada’ ou ‘estamos pobres’ são expressões que se ouviu constantemente. As comunidades queriam ‘projetos-já’ para remediar essa falta aguda de bens: para as comunidades, os Programas de Alternativas Econômicas tornaram-se prioritário, pois deveriam garantir o acesso aos bens. Os Mekrãgnoti sempre associam ‘projetos’ (tanto os programas de alternativas econômicas quanto outros) como fontes de produtos industrializados: a razão final dos ‘projetos’ é fornecer bens, que sejam em compensação de serviços prestados (trabalho), em forma de material de consumo (logística) para a execução do programa, ou a combinação dos dois.

¹² Estou atualmente elaborando uma pesquisa sobre esse tópico e que deveria ser concluído em 2012.

4 OS PROJETOS NO PERÍODO DO INSTITUTO RAONI (2002-2007)

É comum se ouvir os Mekrãgnoti dizerem que são pobres. Tal expressão permite vários níveis de interpretação conforme o contexto da observação, podendo referir-se a uma situação comunal ou individual¹³. Porém, nas comunidades Mekrãgnoti centrais há um sentimento geral de carência das comunidades, e que eles necessitam urgentemente da implantação (e a efetivação) de programas de alternativas econômicas para assegurar uma renda substancial. É claro que a irregularidade (e até a pouquidade) com a qual os produtos chegam às comunidades mekrãgnoti é derrisória quando comparado com as décadas precedentes que eram caracterizadas pela exploração predatória dentro das reservas, o que assegurava uma circulação sem precedente desses objetos. Daí a questão por que os Mekrãgnoti em 2002 repentinamente decidiram romper com a extração predatória nas suas reservas. Esta decisão foi a consequência de vários motivos. De um lado, ela é o resultado de anos de trabalho pelos agentes da FUNAI que não perderam uma ocasião para conscientizar os Mekrãgnoti (e os demais Kayapó) dos efeitos negativos de tal extração — tanto do ponto de vista ecológico e, em certos casos, da saúde — e também para a imagem dos Kayapó (-Mekrãgnoti) no mundo ‘afora’. Durante anos, os indígenas estavam cientes desses efeitos negativos e eles foram colocados no palco durante todas as grandes reuniões que as lideranças Kayapó ocasionalmente organizaram. Mas foi apenas em 2002 que os Kayapó decidiram em grupo, cessar essas explorações e logo em seguida, os indígenas imediatamente expulsou os madeireiros e garimpeiros operando nas diferentes reservas¹⁴.

A relativa facilidade dessa reversão foi fomentada pela divisão interna que as atividades predatórias causaram entre os Mekrãgnoti (e os Kayapó, em geral). Essa divisão foi devido à repassagem dos fundos disponíveis. Os garimpeiros e madeireiros atendiam aos indígenas por meio do pagamento de várias das suas necessidades, permitindo um fluxo constante de dinheiro que, na verdade, os mesmos raramente receberam em mãos. Ademais, o sistema era concebido de

¹³ Assim, em termos gerais, pode ser feito comparando a situação de hoje com o período da exploração da madeira e dos garimpos, aquela época caracterizada pela abundância. Mais especificamente, pode ser feito comparando a situação de uma família ou de uma pessoa com a dos outros. Citamos aqui os exemplos o caso do falecimento de um adulto, pois, conforme o costume mekrãgnoti, além de perder o parente, naquela ocasião outras pessoas acaparam os pertences do falecido, deixando o viuvo/a viuva numa situação de dependência.

¹⁴ Depois desta decisão histórica, apenas algumas aldeias, como Baú (Terra Indígena Baú) e Gorotire (Terra Indígena Kayapó), mantiveram contatos econômicos com garimpeiros.

tal maneira que mantinha os indígenas sob completa dependência dos exploradores. Apesar de apreciar o poder aquisitivo do dinheiro à disposição, um número sempre crescente de indígenas demonstrava descontentamento com a falta de controle sobre o processo que, afinal, favoreceu particularmente algumas lideranças, seus parentes e seguidores. De fato, todo o dinheiro passava através destes ‘super-líderes’ que assim adquiriram o poder total sobre a forma de distribuição do dinheiro, processo que favoreceu alguns e prejudicou outros. Ademais, essa posição resultou na acumulação de poder destes, o que fora em contradição com a função ‘tradicional’ da liderança. Por isto que depois de ter cortado com os garimpeiros e madeireiros em 2002, e participando naquele mesmo momento do processo que deu origem ao Instituto Raoni (vide mais adiante), os Mekrãgnoti não apenas o faziam com a perspectiva que projetos econômicos fossem implantados nas diferentes aldeias, mas também foi exigido que desta vez o dinheiro que estaria à disposição, não seria entregue às lideranças, mas através delas para ser repassado como retribuição às pessoas que trabalham dentro do projeto: os indígenas queriam remuneração pelo trabalho e o fim do sistema aleatório que era controlado por um líder e seus próximos.

Os primeiros programas de alternativas econômicas foram lançados pelo Instituto Raoni e começaram a funcionar efetivamente em 2005, assim como, um projeto econômico em cada aldeia, e em cada caso os indígenas designaram um responsável pelo projeto: este cargo era ocupado por uma liderança escolhida e indicada pela comunidade, essa liderança era assistida por auxiliares escolhidos entre os seus seguidores. É importante notar, porém, que o trabalho não foi efetuado seguindo as sociedades dos homens, mas que ao invés, todos¹⁵ que queriam, podiam participar. Durante todo o processo foi registrado diariamente a contribuição de cada pessoa. Quando, meses depois, o comprador tinha transferido o pagamento pelos produtos, o líder do projeto passou em Colíder para, acompanhado de pelo menos um auxiliar, receber o dinheiro que foi levado até a ‘casa dos homens’ onde foi contado na frente de todos os presentes, e depois distribuído. Logo após reservar certo valor para compensar o trabalho da liderança do projeto e de seus auxiliares, foram feitos os cálculos, ainda no local, que levou à fixação do valor de cada

¹⁵ Tanto homens quanto mulheres participavam. Não houve discriminação por idade e/ou filiação (sociedades dos homens/das mulheres ou parentesco).

participante que os receberam em mãos. Este processo agradou as comunidades e criou um precedente: todas as distribuições de dinheiros ulteriores seguirem este esquema¹⁶.

5 OS PROJETOS NO PERÍODO DO INSTITUTO KABU (2007 FF)

O lançamento de projetos de alternativas econômicas sustentáveis é um processo lento que começa dentro da comunidade que propõe um produto que poderia ser comercializado. Depois de acerto da viabilidade no local, procura-se um mercado, estabelecendo contatos com empresas e compradores, e elaboram-se pesquisas de execução do programa. Se necessário, precisa-se implantar uma infraestrutura na aldeia para possibilitar o processamento do produto. Em todo, este processo preparativo leva tempo, o que às vezes tende a desagradar às comunidades que estão ansiosas por iniciar o trabalho.

Os programas de alternativas econômicas em andamento em 2010 são (1) a produção de óleos essenciais (aldeia Baú) e (2) a valorização do trabalho da mulher mekrãgnoti através da produção de peças a partir da pintura corporal e confecção de objetos em missanga (aldeia Pukanu) — não há, por enquanto, projeto em andamento na aldeia de Kubenkokre¹⁷. Ambos os projetos econômicos são muitíssimo apreciados pelas comunidades onde foram implantados: os participantes mostram orgulho de ganhar uma renda através de esforços pessoais, e os líderes estão satisfeitos por poder cumprir o papel de generosidade inerente à liderança.

Porém, necessita-se uma conscientização nas comunidades onde circula o sentimento de que “se ganha muito dinheiro na cidade utilizando o nome dos Mekrãgnoti.” Trata-se de uma referência ao trabalho do PBA – Componente Indígena e outros programas que estão sendo desenvolvidos dentro do Instituto Kabu. Seguindo o exemplo dos anos iniciais do Instituto Raoni¹⁸, o Instituto Kabu optou para trabalhar em total transparência financeira. Isto implica que representantes do Instituto passam pelo menos uma vez por ano em cada aldeia para discutir os diferentes

¹⁶ Em 2005 e 2006 foram liberados quantias de dinheiro provenientes do leilão de madeira ilegalmente extraída das reservas mekrãgnoti nos anos anteriores. Certas quantias do dinheiro foram reservados para compras para a comunidade (gerador, motores...) enquanto que a distribuição do restante seguiu o mesmo padrão que aquele dos projetos. Os jovens guerreiros seguiram cada passo com muita atenção. Posteriormente, durante discursos na ‘Casa dos Homens’ a liderança que tinha sido apontada como responsável por este processo foi elogiado pelas outras lideranças por ter mostrado a sua força e ter provado que merecia ser líder na comunidade.

¹⁷ Outros programas estão sendo implantados mas aguardem a liberação dos fundos que dependem das ações da comunidade de Baú referente à expulsão dos garimpeiros (vide adiante § 8).

¹⁸ Depois de início promissor (2002-2005), o Instituto Raoni passou por uma fase de relaxamento durante a qual os gastos não seguiram escrupulosamente as previsões orçamentárias o que resultou em défices substanciais.

orçamentos e os gastos que foram feitos na elaboração de cada um dos programas. Essa transparência é fundamental para assegurar um bom funcionamento do Instituto e evitar más interpretações que eventualmente podem levar até confusões. Sabendo-se que os Mekrãgnoti sentem falta de poder de aquisição para obter os bens que necessitam, a transparência evidencia que atualmente nem dez por cento do total dos fundos do PBA chega às aldeias sob a forma de bens ou de equipamentos. Sabendo que no caso da renda de programas de alternativas econômicas a totalidade é repassada aos indígenas, é compreensível que os Índios estejam ansiosos e aguardem que os projetos possam ser lançados como também rentosos.

Há um ponto que precisa ser esclarecido. Como foi devidamente explicado nas páginas anteriores, o sistema político nas comunidades mekrãgnoti é baseada nas sociedades dos homens, cada uma tendo um ou mais líder. Na época pré-pacificação, esses líderes atuavam como dirigentes nas expedições guerreiras e assim controlavam a circulação dos bens nas comunidades. Não acumulavam bens pessoalmente, mas os distribuíram e assim cultivaram uma reputação de generosidade. De fato, a generosidade é uma das características mais importantes da liderança mekrãgnoti, pois ela contribui para evitar atritos entre pessoas e facções, e figura como fator essencial para manter a unidade da comunidade. Nos períodos pré-pacificação, os líderes asseguraram a entrada dos produtos e velaram que esses fossem distribuídos de tal forma que não se criassem situações de ciúme. Depois da dita ‘pacificação’, nas décadas de 1950 e 1960, os agentes governamentais (do SPI¹⁹ e mais tarde da FUNAI), eram os principais fornecedores de bens industrializados e procederam à distribuição de ‘presentes gratuitos’ para assegurar a ‘pacificação’ dos indígenas - isto é, para evitar que ainda façam expedições guerreiras, foram confinados dentro dos limites de áreas menores para abrir grandes partes de seus territórios à exploração comercial. Na década de 1970, antropólogos, cineastas, fotógrafos ou visitantes ocasionais participaram do processo, também trazendo ‘presentes’ e distribuindo bens em compensação de serviços prestados²⁰.

Nas aldeias dos Metuktire, que naquela época viviam dentro do Parque do Xingu, existia, além das lideranças tradicionais, também a função de ‘capitão’, um líder intermediário entre seu povo

¹⁹ SPI (Serviço de Proteção aos Índios): o precursor da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) que foi criada em 1967.

²⁰ Para poder trabalhar nas comunidades, os antropólogos também tinham (e tem) que trazer bens, que são entregues a(s) ‘liderança(s)’ para este(s) proceder à distribuição na comunidade.

e os membros da sociedade nacional. Este ‘capitão’ era escolhido pelo seu conhecimento do Português e por sua afinidade com os dirigentes do Parque. Raoni, a famosa liderança, era o primeiro ‘capitão’ assim designado entre os Metuktire. No Parque, os presentes eram dados ao ‘capitão’ que procedia à distribuição. Nas aldeias mekrãgnoti não existia tal função de capitão, somente tendo as lideranças tradicionais. Nos anos 1950, 1960 e 1970, a maioria dos agentes do SPI e da FUNAI não estavam familiarizados com os costumes dos indígenas com os quais trabalhavam. Assim, no caso da aldeia dos Mekrãgnoti centrais, esses agentes sempre remeteram os presentes a antiga e principal liderança, negligenciando a existência do outro que não podia intervir e assim ficou dependente da generosidade daquele, para que ele e seus seguidores também fossem favorecidos. Nestas ocasiões, a principal liderança sempre procedeu da mesma forma: primeiro ele separou uma parte dos presentes para dar para a outra liderança; depois ele indicou um seguidor dentro da sua própria sociedade dos homens para distribuir os presentes a seus seguidores, ele mesmo nunca efetivamente entregou nada a ninguém²¹. Assim sendo, o velho líder continuou o sistema como era aplicado antes da pacificação, durante o qual líderes velaram que os bens que trouxeram das expedições guerreiras eram distribuídos igualmente na aldeia, além das linhas de afiliação às sociedades dos homens. O problema da outra liderança dos Mekrãgnoti centrais na década de 1970 era que ele não tinha como aprovisionar bens para a comunidade, sempre dependendo da generosidade do outro líder. Esta situação mudou em 1976 quando, *“fui o primeiro para dividir os presentes para a comunidade em duas partes, dando a metade para cada uma das lideranças. Fui assim o primeiro a reconhecer a posição do outro líder, e este até agora ocasionalmente menciona este fato durante seus discursos na casa dos homens.”* (Comentário de VERSWIJVER, 1976).

Um mesmo relacionamento de dependência entre líderes existia na época da exploração nas terras indígenas dos Mekrãgnoti pelos madeireiros e garimpeiros, estes últimos apenas trabalhando com um só ‘chefe’, assim não respeitando a posição dos outros líderes²² que ficaram numa situação de total dependência da única liderança favorecida.

²¹ Ele também sempre separou algumas das mercadorias para poder compensar individualmente os homens de sua sociedade e da outra pelos serviços que tinham prestado para ele.

²² Com o crescimento demográfico, nos anos 1990 a população da aldeia maior dos Mekrãgnoti centrais já atingiu 600 Índios. Na época, a aldeia tinha quatro lideranças, uma daquelas monopolizando os contratos com os exploradores e, em consequência, também o fluxo dos bens.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando estas reflexões sobre a liderança Mekrãgnoti, pode-se dizer que a decisão de descontinuar as relações com madeireiros e garimpeiros em 2002 foi possível graças ao consenso nas diferentes comunidades que uma mudança era inevitável e necessária (vide acima), esta ruptura era também apoiada — e viabilizada — por aquelas lideranças que não eram diretamente implicados com a exploração predatória e que aproveitaram desta oportunidade para reagir contra a monopólia daqueles que acima chamei os ‘super líderes’. O consequente pedido desses líderes para programas de alternativas econômicas deve, portanto, ser interpretado como uma chama deles para contar com situações de monopólia e para assegurar que cada liderança esteja na situação de poder mostrar a sua capacidade de generosidade, cada um precisará do seu próprio projeto econômico ou outra fonte de acesso aos bens.

Assim, a mensagem que os Mekrãgnoti emitiram em 2002 era clara: criaram Institutos para que sirva de agente para implantar projetos econômicos e outros nas comunidades. Este trabalho tem que ser efetuado de tal forma que o equilíbrio entre as lideranças nas diversas comunidades sejam (re-) estabelecidas ou mantidas: a forma de fazer isto é velar que cada líder estabelecido²³ possa ser o responsável ou coordenador local de seu próprio projeto. O sucesso e o futuro do Instituto Kabu dependerá do resultado destes empreendimentos.

7 O PROCESSO DE FACIONALISMO NA SOCIEDADE MEKRÃGNOTI E AS IMPLICAÇÕES PARA O PADRÃO DE OCUPAÇÃO DA TERRA INDÍGENA

7.1 A cisão entre o Instituto Raoni e o Instituto Kabu

O Instituto Raoni já foi citado em várias ocasiões neste relatório. Este Instituto foi a segunda tentativa dos Metuktire e Mekrãgnoti de criar uma ONG que possa servir como plataforma para a criação de projetos, tanto econômicos que de vigilância ou de outros aspectos que possam melhorar a vida dos Índios²⁴. O Instituto Raoni foi oficialmente criado em abril 2002 e porta o nome de seu inspirador e criador, Raoni, liderança kayapó mundialmente conhecido pelos esforços e pela conservação da floresta amazônica. Durante as reuniões fundadoras, foi

²³ Estou aqui apenas referindo as lideranças, e não aos seus auxiliares.

²⁴ A primeira tentativa foi no final da década de 1990 quando foi criada a Associação IPRENRE. Esta falhou por falta de experiência no gerenciamento e foi, anos depois, reativada para assumir o papel de Coordenadora de Assistência à Saúde na Área.

estabelecido que o Instituto Raoni fosse criado pela união de todos os Mekrãgnoti — incluindo os grupos setentrionais e centrais — e os Metuktire²⁵ e que o objetivo era dar apoio, de modo indiscriminadamente a todas as seis comunidades que participaram da sua fundação. Essa insistência na igualdade de todos os participantes vem especialmente da parte dos Mekrãgnoti que recebiam um tratamento privilegiado para as aldeias Metuktire devido à filiação do criador do Instituto.

Os objetivos do Instituto Raoni eram amplos, mas desde o início ficou claro que era necessário dar prioridade ao lançamento de projetos de alternativas econômicas sustentáveis e da fiscalização dos limites das reservas. Graças ao apoio financeiro da FUNAI, do Ministério do Meio-Ambiente da Bélgica, da Conservation International, da Fundação Moore e do PDPI, no período 2003-2005 conseguiu-se alcançar esta meta. Durante este processo, o Instituto Raoni enfrentou os inevitáveis problemas de ordem logística, especialmente devido às dificuldades de transporte na área.

Logo desde o início de seu funcionamento, sentiu-se que o histórico do contato e do assistencialismo pelos agentes oficiais durante o período pós-pacificação tinham deixados traços profundos. Esta diferença separou os grupos mekrãgnoti setentrionais e centrais, habitando o Estado do Pará, dos Metuktire, localizados no Estado do Mato Grosso. Os Metuktire foram contatados pelos irmãos Villas Bôas e foram incorporados dentro do sistema do Parque Nacional do Xingu, hoje chamado Parque Indígena do Xingu. A base da assistência que os irmãos Villas Bôas ofereceram a esses indígenas era de cuidar da saúde e do bem-estar dos habitantes do Parque, mantendo-os o mais afastado que possível dos fatores que poderiam provocar uma alteração demasiadamente rápida e/ou radical da sua cultura e de seu modo de vida. Assim, os Villas Bôas regularmente distribuíram nas aldeias pequenas quantias de bens cobiçados pelos indígenas, dando prioridade aos instrumentos de trabalho de metal, como facão, machado, enxada, anzóis etc. Estes objetos eram distribuídos gratuitamente. Ao longo do tempo os Metuktire foram se acostumando com esta forma particular de assistencialismo.

²⁵ A aldeia Kokraimôrô também participou das reuniões que resultaram na criação do Instituto Raoni, e por isto foi inicialmente incorporado. Esta abertura a um grupo kayapó não pertencendo aos Mekrãgnoti se explica porque os Kokraimôrô são historicamente muito próximos aos Mekrãgnoti, pois foi um grupo dissidente dos Mekrãgnoti que deu origem aos Kokraimôrô. Já que os Kokraimôrô moram no médio curso do Rio Xingu, a distância entre Colíder, onde estava localizada a sede do Instituto Raoni, e a aldeia Kokraimôrô era grande demais para garantir um apoio igual às aldeias Mekrãgnoti, localizadas mais perto. Assim, com o passar do tempo, os Kokraimôrô foram se afastando do Instituto Raoni.

As coisas eram bem diferentes no Sul do Estado do Pará, onde moram os Mekrãgnoti setentrionais e centrais. É verdade que o contato amistoso entre estes grupos e agentes do SPI na década de 1950 foi facilitado porque os agentes trouxeram muitos objetos industrializados, inclusive grandes quantias de armas de fogo e munição. O objetivo do SPI era de integrar o Índio²⁶, processo que previa de incorporar os indígenas o mais rápido que possível no sistema econômico local. Por isso que, logo depois dos primeiros contatos, os agentes do SPI costumaram pedir aos indígenas para fornecer couros de animais silvestres que eram trocados pelos produtos industrializados. Paralelamente, o SPI também logo depois dos primeiros contatos motivou os Mekrãgnoti a recolher grandes quantias de castanhas-do-pará: os produtos foram comercializados pelos agentes e o lucro servia para poder oferecer mais bens ocidentais para os Índios. Esse projeto de colheita de castanhas-do-pará foi mantido e continuou, irregularmente²⁷, até o fim da década de 1970. Assim sendo, os Mekrãgnoti se acostumaram com o conceito de dever trabalhar para adquirir os benefícios almejados. Isto não excluía que não houve ocasiões em que também ganharam ‘presentes’ do SPI e mais tarde da FUNAI — de fato, a rotina de ganhar presentes tomou medidas exponenciais a partir de 2002 e continuou até 2006²⁸.

No fim dos anos 1980 as aldeias mekrãgnoti localizadas do Estado do Pará foram aproximadas pelos garimpeiros e madeireiros que, em compensação de licenças para atividades de exploração dentro das Terras Indígenas Baú e Menkragnoti, prometeram passar grandes quantias de dinheiro às comunidades. Apesar dos indígenas sempre serem enganados, o volume exorbitante de dinheiro que estava à disposição, permitiu aos Mekrãgnoti adquirir elevadas quantias de bens cobiçados, além de facilitar o deslocamento para as cidades.

²⁶ Até o final do século XX, o governo brasileiro procurou atrair e integrar as populações indígenas no Brasil à sociedade nacional.

²⁷ Houve anos em que o projeto não foi executado devido à problemas de ordem logísticos, tais o transporte de material necessário para permitir os Índios de trabalhar.

²⁸ Os Metuktire eram dependentes da FUNAI em Colíder (MT) para a maioria dos bens que necessitavam. Regularmente mandavam listas pelo rádio com os pedidos das necessidades. Quando os Mekrãgnoti romperam os laços com os madeireiros e garimpeiros, e assim ficaram sem acesso aos bens, a cúpula da AER da FUNAI em Colíder temia que eles voltassem aos velhos hábitos de permitir exploração predatória nas terras indígenas. Para contrar isto, a cúpula da FUNAI em Colíder começou a ‘agradar’ os Mekrãgnoti através de presentes. Seguindo o exemplo dos Metuktire, os líderes mekrãgnoti logo acostumaram-se com o sistema de ganhar uma série de bens cada vez que passavam por uma ou outra razão em Colíder. Entre 2002 e 2006, momento que os Mekrãgnoti se afastaram da FUNAI de Colíder, não houve ocasião de líderes mekrãgnoti voltarem de mãos vazias para a aldeia. Em consequência, as visitas à Colíder se multiplicaram.

Como foi mencionado em 2002, os Mekrãgnoti decidiram romper com a exploração predatória dentro das suas reservas. Isto aconteceu na mesma época em que foi criado o Instituto Raoni. A pressão das comunidades sobre o Instituto Raoni era, então, dupla: de um lado os indígenas estavam impacientes para poder começar a trabalhar no quadro de projetos econômicos, pois com o passar do tempo, eles estavam fomentes de poder adquirir bens industrializados com os quais já estavam acostumados; do outro lado, estavam muito vigilantes para a parte financeira, não permitindo que o dinheiro disponível fosse utilizado fora do contexto inicialmente estabelecido. Ao mesmo tempo, uma preocupação maior dos indígenas era de vigiar que o Instituto Raoni não utilizaria parte das receitas dos projetos para seu funcionamento — já vimos acima que a renda foi inteiramente passada às comunidades.

Para evitar que o Instituto Raoni fosse associado primordialmente com a figura de Raoni e, em consequência, com a comunidade dele, foi decidido em primeiramente investir o dinheiro disponível para os projetos econômicos nas três comunidades Mekrãgnoti do Estado do Pará. Apesar desta medida, a desconfiança dos Mekrãgnoti do Pará permaneceu, um mal-estar que foi fomentado pelo fato que tanto a FUNAI quanto o Associação IPRENRE²⁹ — ambos sediados em Colider (MT) — davam prioridade na assistência aos Metuktire no Mato Grosso: apesar de também agradar os líderes mekrãgnoti, a FUNAI de Colíder favoreceu as comunidades Metuktire, enviando com maior regularidade bens industrializados do que às comunidades mekrãgnoti. Ademais, a maioria dos voos executados era destinada às aldeias dos Metuktire. Este favoritismo se explica pelo fato que o chefe da AER da FUNAI em Colíder e o Presidente da Associação IPRENRE eram (e ainda são) membros das comunidades Metuktire. A situação não melhorou³⁰ quando no Instituto Raoni, o criador (Raoni), Presidente do Instituto, designou o vice-presidente e o tesoureiro, ambos habitantes de sua própria aldeia.

A tensão na área cresceu e a situação explodiu em 2006 quando alguns Metuktire abertamente denegriram uns Mekrãgnoti centrais, alegando que as comunidades mekrãgnoti eram incapazes de gerar qualquer fundo e de assumir funções de responsabilidade nas associações, sendo

²⁹ ONG local reativada pelos Índios Mekrãgnoti para, dentro do quadro da FUNASA, dar assistência médica às comunidades na região.

³⁰ Em 2003-2005, a coordenação das atividades e o gerenciamento financeiro do Instituto eram rigorosamente canalizados por não-indígenas que não favoreciam qualquer comunidade. A partir de 2006, toda a administração ficou na mão dos indígenas designados por Raoni que não sabiam resistir às demandas constantes dos líderes, principalmente da sua própria comunidade.

totalmente dependente da boa vontade dos Metuktire para a aquisição de bens. Essa imputação reabriu velhas feridas que datam do fim dos anos 1940 e o início dos anos 1950, quando os Mekrãgnoti e os Metuktire se separaram. Desta vez, em 2006, os Mekrãgnoti se sentiram ofendidos e logo em seguida planejaram a cisão: os Mekrãgnoti decidiram que queriam ficar independentes e continuar sem a interferência dos parentes localizados no Estado do Mato Grosso. Este movimento deu início à criação, em 2007, do Instituto Kabu.

7.2 O processo fragmentário na sociedade mekrãgnoti

A cisão entre o Instituto Raoni³¹ (MT) e o Instituto Kabu (PA) nos leva a uma reflexão sobre o processo fragmentário na sociedade mekrãgnoti — e Kayapó em geral.

Participaram da criação do Instituto Kabu as comunidades Baú (Mekrãgnoti setentrionais), Kubenkokre e Pukanu (Mekrãgnoti centrais). Por motivos de fricção, outra comunidade dos Mekrãgnoti centrais, chamado Kendjam, não entrou no Instituto Kabu. Esta posição se explica pelo processo histórico. No início da década de 1990, houve tensões entre lideranças na aldeia Pukanu. O fundo desta divisão interna era o destino (e a distribuição) da renda obtida dos madeireiros e garimpeiros. Em 1998, a situação explodiu e uma liderança, descontente com o processo em vigor, decidiu afastar-se e criar uma nova aldeia: no processo, ele levou um terço da população. Os dissidentes construíram uma nova aldeia rio abaixo, no local chamado Kendjam.

Uma cisão como aquela que ocorreu em 1998 entre as aldeias Pukanu e Kendjam não representa um fenômeno novo, pois se enquadra dentro de um processo fragmentário que vem acontecendo nas comunidades Kayapó desde o século XVIII: o processo continua e isto levará à criação de novas aldeias no futuro próximo.

De um modo geral, após uma cisão os dois grupos mantêm uma relação tensa e até antagônica³². Ainda que indivíduos possam livremente visitar a outra comunidade, e o fazem ocasionalmente, as duas comunidades que se separaram mantêm certa distância entre elas. Isto se expressa mais pelo fato das lideranças evitarem passar na outra aldeia. Trata-se de um relacionamento chamado pelos Kayapó de *piaàm*, isto é, vergonha ou respeito formal, que no caso leva à criação de uma

³¹ O Instituto Raoni ainda existe e continua operando junto aos Metuktire.

³² Exceções existem, especialmente quando o grupo dissidente foi forçado de se afastar por motivos que não são unanimemente compartilhados por todos os membros do grupo que ficou.

distância entre as comunidades e, em extensão, das suas lideranças. O tamanho do grupo de seguidores de uma liderança era, e ainda é considerado como medida de sua popularidade e eficiência como tal. Por isso, se esforçam não somente em aumentar o número de seguidores, mas também de evitar que seguidores partam. O fato de alguém largar uma liderança para seguir outra é visto como uma manifestação de desconfiança ou até de hostilidade. No mesmo racocínio, lideranças tentam evitar que seguidores visitem outras aldeias por períodos prolongados, o que implica em risco deles permanecerem na localidade visitada.

Este sentimento de *piaàm* faz também com que, quando as lideranças das comunidades mekrãgnoti e metuktire se reúnem ocasionalmente para discutir projetos em comuns, estes podem se sentir pouco à vontade. E para evitar tal ‘desconforto’ que a comunidade de Kendjam decidiu não participar da criação do Instituto Raoni (2002) — apesar de ser chamado e de ter participado em reuniões preliminares— e tampouco do Instituto Kabu (2007). Kendjam faz parte de outra entidade, chamado Associação Floresta Protegida, com sede em Tucumã (PA). Com o passar do tempo, fica evidente que a tensão entre Pukanu e Kendjam esta diminuindo, e a cúpula do Instituto Kabu tem esperança que num futuro próximo, Kendjam decida integrar-se no Instituto Kabu.

Outro processo fragmentário aconteceu na aldeia Kubenkokre em 2008, quando esta somava mais do que 900 indivíduos. No lapso de um ano saíram três grupos que cada um construiu sua própria aldeia³³. Uma análise profunda deste processo nos levaria longe demais e sera feito numa publicação em fase de preparação, mas é importante nesta altura determinar que os motivos das cisões sejam acusações de feitiçaria, destituição de uma das lideranças, e reações contra um comportamento indesejado pela comunidade³⁴. As três aldeias novas se chamam Kàkamkuben, Ômeikrākum e Kororoti, e foram contruídas rio-acima da aldeia-base, Kubenkokre. Este movimento é devido ao impacto da BR-163 e ilustra o caminho dos movimentos dos Mekrãgnoti atuais e no futuro próximo.

³³ Na mesma época houve outra cisão importante junto aos Metuktire onde a população da aldeia liderada por Raoni se espalhou, criando, além da aldeia de Raoni, cinco novas aldeias!

³⁴ Trata-se dos motivos citados pelos informantes. Porém, é claro que cada cisão é o resultado de um processo longo e lento, no qual uma variedade de elementos entram em jogo e devem ser considerados. Assim, por exemplo, no caso das ‘reações pela comunidade contra um comportamento indesejado’, é importante notar que se trata essencialmente de um legado da época quando os indígenas obtiveram rendas excessivas dos madeireiros (1980s-2002), situação que resultou em certas extravagâncias dentro das comunidades ou por certos indivíduos.

Em primeira instância, é importante notar que do ponto de vista oficial, a grande Terra Indígena Menkragnoti representa uma só unidade, mas que para os habitantes, ela é subdividida em regiões e sub-regiões. Esta divisão foi feita pelos próprios Índios, na época que a reserva foi definida. Basicamente, pode-se dizer que a parte norte da Terra Indígena é considerada território de Pukanu e a parte sul de Kubenkokre. Na hora de se separar em 1998, a pequena comunidade de Kendjam se instalou ao norte da aldeia de base, isto é dentro do território de Pukanu: se separando de Pukanu, ela tinha o direito de se instalar onde quisesse dentro daquela região, mas se tivesse escolhido instalar-se mais ao sul, apenas poderia fazer isto com autorização da comunidade de Kubenkokre³⁵. Da mesma forma, as três comunidades que se separaram em 2008 de Kubenkokre se instalaram dentro do território daquela comunidade maior: no caso, as três se instalaram no limite sul da reserva. Há dois motivos que explicam este movimento.

Em primeira instância, as pequenas comunidades queriam se instalar em lugares com acesso fácil às cidades. O transporte na Terra Indígena Menkragnoti é muito complicado, não somente devido às distâncias enormes, mas também porque o transporte fluvial é muito difícil no período entre junho e outubro quando os rios estão demasiadamente baixos para permitir a passagem de voadeiras, especialmente quando estão carregadas; nesta época de seca, a comunicação com o mundo externo é só possível por via aérea, o que é excessivamente caro. Isto explica porque as comunidades mais antigas (Kubenkokre, Pukanu e também Kendjam) reivindicam a construção de uma estrada que liga as duas primeiras aldeias citadas com a BR-163 — obra que está prevista dentro do pacote de compensações do governo brasileiro devido a pavimentação da dita rodovia, e que será organizada pelo DNIT³⁶. Instalando-se perto do limite sul da reserva, as três novas comunidades aproximaram-se da BR-163 para assim garantir um acesso fácil com o mundo externo, o que foi considerado essencial para garantir a assistência médica vital, e, evidentemente, também o acesso aos bens industrializados.

Se separando da aldeia Kubenkokre, e considerando o longo período de ‘vergonha’ (*piaàm*) entre grupos recém-separados (vide acima), na hora de sair as novas comunidades também (isto é,

³⁵ É importante notar que, apesar das cisões que ocorreram e continuarão ocorrendo nas aldeias da Terra Indígena Menkragnoti, os Índios continuam considerando a reserva como dividida em apenas duas regiões, como foi estabelecido na hora da criação da reserva. Isto tem implicações na divisão dos recursos, pois os grupos que se separaram têm direito a uma parte dos recursos que a aldeia principal ganha se estes recursos resultam de processos lançados quando os grupos separatistas ainda viviam na aldeia principal.

³⁶ Esta rodovia não alcançara a aldeia Kendjam, mas a distância entre esta e Pukanu é apenas de 30 quilômetros: os habitantes de Kendjam poderão assim facilmente acessar a rodovia e não serão prejudicados.

automaticamente) dissociaram-se do Instituto Kabu. Tratando-se de comunidades pequenas³⁷, estas não tinham outra saída senão afiliar-se ao Instituto Raoni novamente. Assim as lideranças destas novas aldeias foram instigadas a mudar para o mais perto possível de Colíder (MT) pelos dirigentes da FUNAI, da Associação IPRENRE e do Instituto Raoni, todos operando em Colíder, com a promessa de obter apoio total destas instituições. O Instituto Raoni, que tinha perdido quase setenta por cento dos seus seguidores com a separação entre os Institutos em 2006-2007, assim recuperou pelo menos dez por cento de ‘parentes pródigos’.

7.3 A ocupação e a socialização do território

Para compreender a preocupação dos Mekrãgnoti com a conservação do seu habitat, é necessário ter uma visão sobre a ocupação deles e do território onde hoje se encontram. De fato, o entendimento desta história de ocupação é capital para compreender os movimentos tanto políticos quanto geográficos (no espaço) que estão se desenvolvendo hoje. Por isto que tanto no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) elaborado em 2002, quanto no anexo do PBA / Componente Indígena, elaborado em 2006, utilizou-se a história recente da região como um dos elementos de base para ilustrar a necessidade de criar o PBA hoje em vigor. A ênfase destes relatos históricos foi na década de 1970, época importante, pois é caracterizada pela construção da Transamazônica e outras grandes rodovias cortando a floresta amazônica brasileira tais a rodovia BR-163 que liga Cuiabá com Santarém e que hoje, quase quatro décadas depois de ser traçado, esta sendo asfaltada na parte que atravessa o Estado do Pará.

Durante as visitas às aldeias Kubenkokre, Pukanu, Baú e Pungràiti, os anciões Mekrãgnoti repetidamente insistiram que o fato de utilizarem o Rio Curuaés, (local também denominado Rio Pixaxa) como limite oeste da parte central das Terras Indígenas Baú e Menkragnoti, não implica que este rio representasse de fato qualquer limite para o povo Mekrãgnoti. *Este fato já foi devidamente comprovado em minha pesquisa sobre a etnohistória dos Mekrãgnoti* (VERSWIJVER, 1985). Naquela reconstrução da história dos Mekrãgnoti e Metuktire (sendo, de fato, os Mekrãgnoti meridionais), observou-se que os indígenas Kuruaya, habitantes desde tempos imemórias da região do Rio Curuá, foram atacados pelos Kayapó em 1918. Esta data

³⁷ A população total das três aldeias não ultrapassa 200 pessoas.

marca a primeira incursão bélica dos Mekrãgnoti na área do Rio Curuá³⁸. Alguns anos depois, os Mekrãgnoti penetraram na região do Baixo Rio Jamanxim sendo que desde os anos 1920 “a área de ocupação dos Mekrãgnoti estendeu-se entre a BR-080 (no sul) até um ponto no Rio Curuá abaixo da atual aldeia Baú (no norte); e entre o Rio Liberdade no leste e o Rio Jamanxim no oeste” — conforme definição em Verswijver (1984), publicada mais tarde (VERSWIJVER 1992: 45).

No mapa que acompanha aquele estudo detalhado, localizou-se a maioria das aldeias principais que as diversas fações Mekrãgnoti e Metuktire ocuparam entre 1905 e 1970 (veja mapa, anexo 1). No mapa constam cinco aldeias do lado oeste do Rio Curuá: quatro sendo localizadas na região do Igarapé Bom Futuro e outro afluente menor do médio Rio Curuá (números 9, 12, 16 e 29 no mapa) e uma na margem do Rio Jamanxim (número 18). Já na época quando foi elaborado o referido estudo (1974-1981), os informantes Kayapó deixaram claro que se tratava apenas das aldeias mais importantes ocupadas por eles nas últimas décadas. Isto implica que além das aldeias citadas, houve muitas outras que eram ocupadas por um curto prazo e que, assim, não foram sistematicamente mencionados pelos diferentes informantes.

Ademais, deve-se notar que além dessas aldeias ocupadas apenas muito temporariamente, na lista acompanhando o mapa do anexo 1 não constam os inúmeros acampamentos temporários que foram erigidos através do que se pode considerar o habitat dos Mekrãgnoti, nem além desta área.

É importante de ressaltar que antes de entrar em contato amistoso com membros da sociedade nacional, os Mekrãgnoti, como todos os outros Kayapó, eram semi-nomades passando uma parte considerável do ano cruzando o habitat em todas as direções. Certas migrações eram ligadas ao ciclo dos rituais, e serviam principalmente para procurar e acumular grandes quantias de comida (principalmente fontes de proteína animal: caça e/ou peixes) para a parte final das cerimônias maiores; outras migrações eram ligadas às mudanças regulares de local de aldeia³⁹,

³⁸ A cisão entre os Kayapó-Mekrãgnoti e Kayapó-Gorotire data do fim do século XIX – início do século XX. Os Mekrãgnoti atravessaram o Rio Xingu, rumo sudoeste e instalaram-se na região do Rio Jarina. De lá começaram a fazer incursões para as áreas vizinhas e depois mais distantes. Em 1918 o raio de ação deles atingiu o Rio Curuá quando, naquele ano, atacaram alguns povoados de seringueiros que haviam se instalado recentemente naquela região. Assim sendo, é mais do que provável que o ataque aos Kuruaya mencionado por Nimuendajú (1948) não foi efetuado pelos Kayapó-Gorotire, mas sim pelos Kayapó-Mekrãgnoti dos quais, naquela época, não se sabia a existência enquanto subgrupo kayapó.

³⁹ A distância entre aldeias ocupadas consecutivamente era às vezes maior que 200 km.

processo visando regularmente ocupar áreas menos esgotadas e garantindo assim a disponibilidade de proteínas para populações bastante elevadas⁴⁰. Além destas ‘migrações cerimoniais’ (VERSWIJVER 1992: 43) e ‘deslocamentos migratórias’ existiam também ‘migrações sazonais’ (VERSWIJVER *ibid.*) organizadas para a colheita de certas matérias (frutas, folhas, penas...), e ‘expedições guerreiras’ durante as quais os Kayapó exploraram áreas situadas até 600 quilômetros das suas aldeias para atacar inimigos e/ou obter bens que desejaram.

Durante todos estes tipos de migrações e expedições, varios tipos de acampamentos foram construídos. Para os Mekrãgnoti o termo ‘acampamento’ é muito amplo: pode tratar-se de locais onde pequenos grupos de pessoas pernoitaram apenas algumas noites — por exemplo, durante migrações guerreiras nas quais grupos de homens visavam alcançar áreas situadas muito além dos limites das regiões de perambulação mais frequente — ou de locais onde grandes grupos de pessoas se instalaram durante vários meses⁴¹. O importante é de notar que durante todas as migrações e o processo de perambulações das diferentes áreas, tanto os locais dos acampamentos quanto outros locais atravessados ou explorados, eram denominados; este processo de socialização do espaço fazia parte de uma dinâmica na qual o ‘mapa cultural da área’ (VERSWIJVER 1981: 44) era — e ainda é — constantemente reestabelecida e ressuscitada.

7.4 A instalação de uma nova aldeia, mais perto da BR-163

A área do Rio Jamanxim está localizada do lado oeste da BR-163 e, assim sendo, esta fora das duas Terras Indígenas consideradas neste relatório. Historicamente, esta área era particularmente apreciada pelos Mekrãgnoti pela sua abundância em peixes, certas frutas e aves tais como araras, papagaios, japus... — estes últimos eram, e ainda são cobiçadas pelas penas utilizadas na confecção de cocares e outros elementos da indumentária. Por ser uma região muito rica, uma facção Mekrãgnoti instalou-se naquela região na década de 1940-1950, depois de se separar do grupo Mekrãgnoti maior. Este pequeno grupo contava umas 70 pessoas era chefiado pelo valente

⁴⁰ As aldeias Mekrãgnoti (e Kayapó em geral) costumavam ter populações grandes comparadas com outras populações semi-nomades e vivendo em ecozonas comparáveis.

⁴¹ Vide as fotos não publicadas que Henri Ballot tirou em 1954 quando este fotógrafo Francês acompanhou os irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas durante a segunda expedição de contato com os Índios chamados ‘Txukarramãe’ (nome dado pelos Índios Yudja aos Metuktire) mostram, um tal acampamento formado por uma série de casas em palha. Estas casas são claramente de construção mais sólida do que as simples cabanas usadas durante migrações e estadias de curto prazo, e isto evidencia que se tratava de um acampamento importante, ocupado por mais tempo. Não se tratava, porém de uma aldeia (*krĩ mēx*) propriamente dita e por isto não figura na lista das aldeias no mapa 1 (elaborado por VERSWIJVER em 1984).

jovem líder Kenti; o grupo era particularmente nômade, não construindo aldeias fixas e sempre perambulando pela região levantando acampamentos temporários que, no máximo, eram ocupados durante uma estação. Depois de um conflito interno, que ocorreu fins dos anos 1950, o pequeno grupo resolveu juntar-se de novo com os Mekrãgnoti centrais, porém sem a família nuclear de Kenti que foi banido e ficou por trás, condenado a uma vida nômade na área do Rio Jamanxim⁴².

Em 2010 houve um mau entendimento dentro da aldeia Pukanu. Devido a uma briga por causa de uma mulher e a situação de *piaàm* (vergonha) que depois ficou Ayol, um dos líderes da comunidade sentiu que não podia permanecer na aldeia e saiu, levando sua família. Eles se instalaram na beira do Rio Curuaés, num local chamado de Pungràiti que está localizado dentro da parte da Terra Indígena Menkragnoti pertencendo à Pukanu. A nova aldeia de Pungràiti, construída em 2010 (vide mais adiante), está localizada numa das trilhas históricas que ligava o núcleo da área Mekrãgnoti⁴³ com a região do Rio Jamanxim. Durante as discussões com Ayol, o homem mais velho e também a atual liderança da pequena comunidade de Pungràiti, mencionou uma trilha que ainda como adolescente, passou com um grupo de guerreiros em direção do Rio Jamanxim. Aquela trilha pode estar desaparecida, mas não foi esquecida; ela travessava o Rio Curuaés num ponto localizado a apenas algumas centenas de metros rio abaixo do local onde Ayol esta atualmente construindo a aldeia de Pungràiti.

Hoje, todas as comunidades Mekrãgnoti das Terras Indígenas Baú e Menkragnoti ainda frequentemente fazem ‘migrações cerimoniais’ (ligadas aos rituais mais importantes) e ‘sazonais’ (para recolher frutas ou diversos materiais). Ademais, também ocasionalmente organizam expedições com a finalidade de vigiar trechos dos limites das suas reservas. As grandes expedições guerreiras que podiam durar mais do que um ano e durante as quais grupos Mekrãgnoti atravessaram grandes partes da bacia do médio Xingu e seus afluentes, levando-os a

⁴² Kenti foi morto por garimpeiros no início da década de 1960, a esposa e filha dele sobrevivendo sozinhas no mato denso da região do Rio Jamanxim até 1983, quando ambas foram contatadas por garimpeiros. Depois de uma passagem em Itaituba, as duas Índias foram levadas à aldeia Kubenkokre onde se juntaram às parentes, assim reintegrando-se na sociedade Mekrãgnoti.

⁴³ Até a década de 1940, este núcleo era localizado na região entre os Rios Jarina e Iriri Novo. Em seguida, o grande grupo Mekrãgnoti passou por uma fase de fracionalismo, os três grupos, resultado tendo cada grupo um ‘núcleo’ próprio: para o grupo Mekrãgnoti mais setentrional, este núcleo situou-se no médio Rio Curuá, e para os Mekrãgnoti centrais era a região entre os altos Rios Iriri e Curuá; os Mekrãgnoti meridionais ou Metuktire, não sendo incluídos neste relatório, ficaram na região do Alto Rio Xingu, mantendo o antigo núcleo como base.

áreas além dos limites das terras ocupadas, não são mais realizadas. Historicamente, estas expedições cessaram de existir pouco depois dos primeiros contatos que os Mekrãgnoti mantiveram com os ‘Branços’. Essa mudança não era diretamente o resultado de uma mudança qualquer no sistema econômico mekrãgnoti, mas sim devido ao histórico do contato direto e contínuo com o mundo ocidental ou, mais especificamente, devido às novas doenças que foram introduzidas depois destes contatos: essas doenças deixaram os sobreviventes⁴⁴ num estado demasiadamente enfraquecido.

Hoje a pequena aldeia de Pungràiti tem quatro casas com uma população total de aproximadamente 25 pessoas. Ainda não tem pista de aterrissagem, mas a construção dela está prevista para 2011. Tudo indica que, após ter sua própria pista, mais famílias mekrãgnoti irão se instalar em Pungràiti. Os novos habitantes não serão apenas famílias que estão vivendo hoje na aldeia Pukanu, mas também provenientes da aldeia Kubenkokre. A razão deste processo é dupla: primeiro porque a área de Pungràiti é muito farta em caça e pesca⁴⁵, e segundo o desejo de várias famílias de viver mais perto da BR-163 e de Novo Progresso. Estas famílias apenas aguardam a instalação de uma infraestrutura melhor em Pungràiti para efetivamente fazer a mudança.

7.5 Cisões ‘anunciadas’ e o movimento em direção da BR-163

Os dois motivos mencionados que incitam mais famílias de mudar para Pungràiti são muito importantes para compreender a dinâmica atual nas aldeias dentro da Terra Indígena Menkragnoti. De fato, não obstante, o motivo que levou à separação – observou-se que todas as quatro novas aldeias mekrãgnoti que emergiram nos últimos anos foram construídas em regiões de melhor acesso à BR-163. Durante as discussões com os representantes das aldeias maiores (Kubenkokre e Pukanu), ficou claro que outras separações estão previstas e que todos os novos grupos pretendem instalar-se na beira do Rio Curuaés ou, pelo menos, mais perto deste rio do que esta o caso atualmente. O motivo dado sempre foi aquele da proximidade à BR-163, esta rodovia figurando atualmente como ponto de atração para os Mekrãgnoti. Isto indica que no futuro o padrão de ocupação da reserva mudará drasticamente: até recentemente, as três grandes aldeias existentes (Kubenkokre, Pukanu e Kendjam) estavam localizadas no centro e as pessoas faziam

⁴⁴ Neste período, grande número de indígenas morreu de doenças — ou, melhor dito, pela falta de assistência médica necessária.

⁴⁵ Isto é devido, entre outros, ao fato desta região ter servido durante muito tempo apenas como local de passagem e de exploração pontual, não de ocupação prolongada.

migrações temporárias em direção dos limites do território; no futuro, além de manter aldeias importantes no centro do território, haverá boa parte da população ocupando aldeias (menores) localizadas perto da periferia da Terra Indígena.

Por enquanto, todas as aldeias novas, já construídas ou ainda em fase de planejamento, aproximam-se da BR-163, o que implica que dentro de alguns anos, parte da população se encontrará do lado oeste e sul da reserva. Os outros limites da reserva, na parte norte e leste da reserva, permanecerão desocupados, mas os Mekrãgnoti mesmo veem isto como uma fase temporária que durará até, como dizem, ter ‘infraestrutura’, isto é, até surgir cidades do lado leste daquela parte do Rio Xingu.

Um impacto positivo do processo atual de ocupação da periferia da reserva é que facilita a fiscalização dos limites da reserva. Não haverá, naquele trecho ao longo do rio Curuaés, necessidade de criar postos de vigilância, uma estratégia de controle que sabemos nem sempre levar aos resultados esperados⁴⁶. Outro impacto positivo é a dispersão da população (que continua crescendo numa média de 3% por ano), o que favorece o equilíbrio ecológico da região. Com o passar do tempo, está cada vez mais difícil caçar perto das grandes aldeias; áreas relativamente ‘virgens’ tais como na beira do Rio Curuaés oferecem muito mais possibilidades.

A atração de tal perspectiva de melhor fartura para caça e pesca já foi a causa principal da cisão da aldeia dos Mekrãgnoti centrais em 1981. Naquela época, a única aldeia deste grupo mekrãgnoti já era ocupada por uns quinze anos, e vozes⁴⁷ se levantaram para mudar a aldeia para um lugar que favoreceria a caça e a pesca. Esta ideia foi abandonada quando a maioria dos velhos resistiu. Isto levou um pequeno grupo de pessoas de se separar do grupo base para construir uma aldeia na beira do Rio Iriri: a aldeia foi chamada de Pukanu (‘terra nova’). As notícias da fartura na caça e pesca naquela região incentivaram os demais Mekrãgnoti centrais de também migrar para o Rio Iriri, o que efetivamente fizeram em 1985. A criação de Pungràiti e das outras três aldeias dissidentes que se separaram recentemente, iniciou um movimento de dispersão da população que está sendo acompanhado da reocupação de áreas pouco exploradas. Este processo

⁴⁶ Tais postos existem em várias terras indígenas: eles são ocupados por uma ou duas famílias e são quase sempre localizados distantes das aldeias. O isolamento social daquela(s) família(s) que cuidam dos postos as torna muito sensíveis às pressões pelas forças vindas do exterior das reservas — em alguns casos as famílias cedem às pressões, tornando-se de fato numa ‘porta’ de entrada dos invasores.

⁴⁷ Estas vozes eram principalmente de jovens homens com famílias grandes, havendo numeros elevados de crianças.

será lento e dependerá entre outros do acompanhamento pelo Instituto Kabu, FUNAI e a FUNASA. Ademais, pode se prever que as aldeias maiores atualmente existentes continuarão a existir, como também provavelmente continuarão abrigar populações importantes.

Um impacto negativo da ocupação da beira do Rio Curuaés é que os Índios vão reivindicar a ocupação deste rio. O Rio Curuaés serve atualmente como limite oeste da Terra Indígena Menkragnoti. Isso foi concordado na década de 1980, quando todas as aldeias desse grupo Mekrãgnoti estavam localizadas no centro da reserva. Naquela época, a pressão econômica na área ainda era mínima e a BR-163 — finalizada em 1972, mas ‘descoberta’ pelos indígenas mais do que dez anos depois (vide anexo 2) — parecia muito distante. Porém, o fato da BR-163 ainda não ser asfaltada na parte do Estado do Pará, não impediu o processo de ocupação nos anos que seguiram. Hoje, as fazendas alcançam a beira do Rio Curuaés, mas ainda há trechos do rio onde há poucos sinais de ocupação na margem oposta à Terra Indígena Menkragnoti. Essas áreas sendo relativamente inocupadas e ainda sendo rica em caça, a liderança da nova aldeia Pungràiti já comunicou para a FUNAI em Itaituba que as está reivindicando. É claro que com a criação de mais aldeias mekrãgnoti naquela área nos anos que vindouros, a pressão para recuperar estas áreas aumentará.

8 A COMPLICADA SITUAÇÃO DA ALDEIA BAÚ

8.1 Garimpagem na Terra Indígena Baú

A situação da outra aldeia Mekrãgnoti localizada na beira do Rio Curuaés é bem diferente daquela de Pungràiti. Trata-se da aldeia Baú, criada em 1959 pelos agentes do então SPI e com a finalidade de instalar o restante do grupo Mekrãgnoti setentrional, outrora populoso e em apenas dois anos reduzido à apenas um punhado de sobreviventes⁴⁸. Logo depois da pacificação, os Mekrãgnoti setentrionais foram incentivados pelos agentes do SPI para integrar-se na economia local, produzindo produtos silvestres que os agentes e outros habitantes do interior comercializaram em Altamira. Assim, de todos os grupos Mekrãgnoti (e Metuktire), este pequeno grupo de Mekrãgnoti setentrional é aquele com mais experiência no setor de trabalho

⁴⁸ Cálculos baseados nos relatórios dos agentes do SPI e censos (elaborados por VERSWIJVER) indicam uma população de cerca 240 pessoas (incluindo uns 40 indígenas de outro grupo Kayapó, chamado Kararaô) no momento da dita ‘pacificação’ em 1957; em 1965, a população, já em fase de recuperação, contava apenas 60 pessoas (VERSWIJVER 1992: 102, 107).

renumerado, mas é ao mesmo tempo aquele grupo com maior dependência dos bens industrializados.

Quando na década de 1980, os garimpeiros começavam operar na região, a comunidade de Baú autorizou a exploração do Rio Curuaés para garantir receitas que os permitiriam de adquirir os bens necessários⁴⁹. Em 2002, quando os Mekrãgnoti e os demais Kayapó romperam com a exploração predatória, os Mekrãgnoti setentrionais também se declararam dispostos a cortar as relações com os madeireiros e garimpeiros, mas de fato apenas o fizeram com os madeireiros, deixando os garimpeiros operar ao longo do Rio Curuaés com exceção de um trecho perto do local da aldeia.

Em 2003-2005, quando o Instituto Raoni operava na região, foi implantada ao lado da aldeia Baú uma microusina para a produção no local de óleo de castanha. Naquela época, a necessidade da comunidade Baú romper com os garimpeiros foram levantados durante multiplas reuniões às quais participaram as lideranças Mekrãgnoti e Metuktire, mas as outras comunidades nunca fizeram pressão pois sabiam das dificuldades que esta pequena aldeia encontrava frente às invasões de suas terras e a demora da homologação da terra indígena. Ademais, é importante esclarecer que toda aldeia Mekrãgnoti é uma entidade independente em todos os sentidos, inclusive político. Assim, as outras comunidades podem não estar de acordo com o laço entre os Mekrãgnoti setentrionais e os garimpeiros, elas não têm como se opor ou impor, pois isto seria visto como uma interferência direta afetando a autonomia da aldeia de Baú.

O problema maior é que a aldeia Baú não tem liderança forte e que os convênios com os garimpeiros são feitos pelas duas ‘lideranças’ e mais dois outros homens: cada um destes homens recebe mensalmente dinheiro que os donos dos garimpos trazem até a aldeia. Assim, este caso é diferente da situação nas outras aldeias no período 1985-2002, onde o controle era executado em cada comunidade por apenas uma liderança o qual foi denominado de ‘super lider’. No caso da aldeia Baú não tem um ‘super lider’ mas sim quatro homens que controlam a circulação dos bens. Já que a aldeia Baú é relativamente pequena (160 pessoas), as famílias extensas destes quatro homens representam um terço da comunidade. O resultado é que pode ter bastante gente dentro

⁴⁹ Isto ocorreu antes da Terra Indígena Baú ser homologada, o que aconteceu apenas em 2008.

da comunidade que não aprova o que esta acontecendo, não se tem concenso sobre o rompimento com os garimpeiros e isso dificulta qualquer tipo de intervenção.

Durante discussões com pessoas das outras aldeias Mekrãgnoti e com dirigentes indígenas do Instituto Kabu, ficou claro que lamentam a posição da aldeia Baú e também o de que, em dezembro de 2010, a FUNAI tem bloqueado os fundos do PBA até a situação da aldeia supracitada ser resolvida, mas deixam claros que eles não têm como resolver a situação: tudo dependera das ações da comunidade Baú. Uma solução que está sendo articulada é a possibilidade do Instituto Kabu bloquear apenas o apoio do PBA para a aldeia Baú, as outras comunidades poderão proceder com os programas como foi estabelecido previamente.

Em dezembro de 2010, os Índios de Baú alegaram estar esperando apoio logístico da FUNAI para poder efetuar uma expedição ao longo do Rio Curuaés para expulsar os garimpeiros. Em geral, o sentimento sobre essa iniciativa é de pouco convicção, uns até alegando que, mesmo que os garimpeiros sejam expulsos, ninguém diz que eles não voltarão em breve para retomar a exploração predatória. Fato é que membros treinados da aldeia Baú já fizeram várias expedições de fiscalização nas suas Terras, mas que estes empreendimentos nunca afetaram as operações dos garimpeiros na região.

8.2 Sugestões para ações do Instituto Kabu

Considerando a situação política particular na aldeia Baú, Verswijver comenta:

... que se necessita além do envio de uma expedição para expulsar os garimpeiros, de um impulso a longo termo: é necessario convencer a maioria dos habitantes daquela comunidade do fato que romper com os garimpeiros é uma necessidade para garantir o melhor futuro possível do povo. Para isto, sugiro que o Instituto Kabu encomenda uma pesquisa para avaliar o impacto das atividades dos garimpeiros, tanto no plano ecológico que na saúde dos Índios devido ao consumo de peixe contaminado pelo mercúrio⁵⁰.

Esta pesquisa deverá fazer parte de um processo de conscientização, que poderá incluir sessões informativas, estes podendo incluir depoimentos de Índios Kayapó das aldeias Gorotire e Djudjetukti que foram gravemente afetadas pelas atividades de garimpagem nos anos 1980 e depois.

⁵⁰ Um estudo elaborado por Gonçalves, da Silva e Gonçalves (2004) mostra que “o Projeto Xingu, que atingiu 625 pessoas, enfocou 417 nativos da nação Kayapó, pertencentes às aldeias Gorotire e Djudjetiktire, 142 garimpeiros e 66 ribeirinhos. Os indígenas apresentaram os valores mais elevados de metilmercúrio no cabelo e de mercúrio total no sangue e na urina, bem como, nestas matrizes, contaminação frequente por formas inorgânicas.”

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste relatório, foram tratados vários aspectos ligados aos dois temas repetidamente levantados pelos indígenas, sendo a conservação de suas terras indígenas, e a necessidade de programas de alternativas econômicas sustentáveis. Assim sendo, não foram mencionados os esforços que o Instituto Kabu está fazendo no quadro dos diversos subprogramas que vem elaborando pelo PBA — componente indígena e através da colaboração com outras entidades, e nem aludi aos sucessos que o Instituto, apesar de ser muito novo, está tendo. Em todo, o Instituto Kabu vem se demonstrando como uma associação dinâmica que está pronta para enfrentar as dificuldades que certamente ainda se apresentarão. Sentiu-se, no Instituto, o espírito guerreiro dos Mekrãgnoti que hoje investem nas batalhas que visam a construção de um futuro melhor para as diferentes comunidades dentro das Terras Indígenas Mekrãgnoti e Baú.


GUSTAAF VERSWIJVER

10 AVALIAÇÃO SOCIOAMBIENTAL ESTRATÉGICA NO CONTEXTO DAS MEDIDAS ADOTADAS PARA MITIGAÇÃO, COMPENSAÇÃO DE IMPACTOS NEGATIVOS E POTENCIALIZAÇÃO DE IMPACTOS POSITIVOS DA PAVIMENTAÇÃO DA BR-163.

Por Cleber Oliveira⁵¹

Primeiramente vale reforçar que as medidas adotadas no PBA/BR-163 componente indígena da rodovia Cuiabá/Santarém vem seguindo as recomendações da Convenção nº 169 da OIT, Artigo 7º:

1 – Os povos interessados deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que ele afete as suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, o seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural. Além disso, esses povos deverão participar de formulação, aplicação e avaliação dos planos e programas de desenvolvimento nacional e regional suscetíveis de afetá-los diretamente.

Desta forma os programas conduzidos pelo Instituto Kabu não só atendem as solicitações e anseios dos Mekrãgnoti através da sua ampla participação na elaboração e execução dos subprogramas do PBA/BR-163, como atendem as recomendações técnicas e a leis específicas das quais são importantes ressaltar:

- a) Recomendações técnicas resultantes da:
 1. AIA – Avaliação de Impactos Ambientais, importante instrumento de política ambiental adotada em inúmeras jurisdições;
 2. AAE – Avaliação Ambiental Estratégica, novo instrumento decisório governamental capaz de indicar possíveis realinhamentos de Políticas, Planos, Programas e/ou Projetos na região amazônica. O objetivo principal é o de assegurar o desenvolvimento econômico, social e ambiental de forma sustentável;

⁵¹ ARAÚJO, Cleber Oliveira é Biólogo e indigenista, especialista em educação e meio ambiente, e complementou este relatório de forma voluntária.

b) Leis, decretos e resoluções específicas para condução dos subprogramas deste PBA:

1. Lei Nº 6001-73 - Estatuto do índio;
2. Convenção nº 169 da OIT;
3. Constituição Federal de 1988;
4. Lei Nº 6.938 Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA);
5. Lei 9.605/1998 - Lei de Crimes Ambientais;
6. Lei nº 9795/1999, Política Nacional de Educação Ambiental;
7. Resolução CONAMA Nº 237/97.

11 A EXECUÇÃO DO PBA-BR163, COMPONENTE INDÍGENA, A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA E TRATADOS INTERNACIONAIS.

A Constituição Federal de 1988 assegura a todos o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, cabendo ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para presentes e futuras gerações (artigo 225, *caput*).

Entre os meios pelos quais se vale o Poder Público para assegurar a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado está a exigência de estudo prévio de Impacto Ambiental para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação ambiental a que se dará publicidade, nos termos do artigo 225, §1º, do inciso IV da Constituição Federal.

Com efeito, a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), instituída pela Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, visando assegurar condições ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana⁵².

O artigo 6º da PNMA estabelece que os órgãos e entidades da União, dos Estados e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e

⁵² Artigo 2º, *caput*, da Lei Federal nº 6.938/81.

melhoria da qualidade ambiental, constituem o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, que está estruturado da seguinte forma:

- Órgão consultivo e deliberativo: Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), com a finalidade de assessorar, estudar e propôr diretrizes de políticas governamentais para o meio ambiente e os recursos naturais, e deliberar, no âmbito de sua competência, sobre normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida;
- Órgão central: Ministério do Meio Ambiente (MMA), com a finalidade de planejar, coordenar, supervisionar e controlar, como órgão federal, a Política Nacional e as diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente;
- Órgão executor: o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), com a finalidade de executar e fazer executar, como órgão federal, a política e diretrizes governamentais fixadas para o meio ambiente, e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes), este criado pela Medida Provisória nº 366, de 26 de abril de 2007, convertida na Lei Federal nº 11.516, de 28 de agosto de 2007 para subsidiar as propostas de criação e administrar as Unidades de Conservação Federais, Estaduais e Municipais, nas respectivas esferas de atuação;
- Órgãos seccionais: os órgãos ou entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental;
- Órgãos locais: os órgãos ou entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições;

A PNMA, conforme dispõe o artigo 9º da Lei Federal nº 6.938/81, é implementado por instrumentos, dentre os quais no contexto da pavimentação da BR-163 merecem destaque, o licenciamento ambiental e a avaliação de impactos ambientais, onde se destaca que: A construção, instalação, ampliação e funcionamento de atividades utilizadoras de recursos

ambientais, consideradas efetiva e potencialmente poluidoras, bem como as capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependem de prévio licenciamento ambiental do órgão competente, integrante do SISNAMA⁵³, sem prejuízo de outras licenças legalmente exigíveis.

Dentre as leis e políticas públicas para o meio ambiente e a realização de atividades capazes de provocar degradação e impacto ambiental, econômico e sociocultural e dentro do contexto das atividades que afetam a terras indígenas é importante mencionar ainda que a constituição de 1988 no artigo 231 diz que:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

1. São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições;
2. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios, dos lagos nelas existentes;
3. O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivadas com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados das lavras, na forma de lei.

A FUNAI, instituída pela Lei Federal nº 5.371, de 05 de dezembro de 1967, é o órgão federal com patrimônio próprio e personalidade jurídica de direito privado, com a finalidade de estabelecer diretrizes e garantir o cumprimento da política indigenista, baseada na garantia à posse permanente das terras que habitam e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais e de todas

⁵³ Artigo 10, *caput*, da Lei Federal nº 6.938/81.

as utilidades nela existentes, exercitando o poder de polícia nas áreas reservadas e nas matérias atinentes à proteção do índio⁵⁴.

De certo modo, também é importante mencionar que a Lei Nº 6001 – o estatuto do índio prevê no Art. 2º; *Cumprir à União, aos Estados e aos Municípios, bem como aos órgãos das respectivas administrações indiretas, nos limites de sua competência, para a proteção das comunidades indígenas e a preservação dos seus direitos:*

- assegurar aos índios a possibilidade de livre escolha dos seus meios de vida e subsistência;
- respeitar, no processo de integração do índio à comunhão nacional, a coesão das comunidades indígenas, os seus valores culturais, tradições, usos e costumes;
- executar, sempre que possível mediante a colaboração dos índios, os programas e projetos tendentes a beneficiar as comunidades indígenas;
- utilizar a cooperação, o espírito de iniciativa e as qualidades pessoais do índio, tendo em vista a melhoria de suas condições de vida e a sua integração no processo de desenvolvimento;
- garantir aos índios e comunidades indígenas, nos termos da Constituição, a posse permanente das terras que habitam, reconhecendo-lhes o direito ao usufruto exclusivo das riquezas naturais e de todas as utilidades naquelas terras existentes.

Por sua vez, conforme a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas :

“estabelece que os povos indígenas têm direitos a determinar e elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou utilização de suas terras ou territórios e outros recursos. Os Estados celebrarão consultas e cooperarão de boa fé com os povos indígenas na condução de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre e informado, antes de aprovar qualquer projeto que afete as suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente em relação ao desenvolvimento, utilização ou exploração de recursos minerais, hídricos ou de outro tipo. Ademais, os Estados deverão desenvolver mecanismos eficazes para reparação justa e equitativa por essas atividades, e adotarão medidas adequadas para mitigar suas consequências nocivas de ordem ambiental, econômica, social, cultural ou espiritual (artigo 32, itens 1, 2 e 3)”.

Com a finalidade de enquadrar as ações dos subprogramas nas condições específicas menciona-se a resolução do CONAMA Nº 237/97 que prevê a elaboração do PBA. Igualmente, as ações de proteção ambiental, saúde e apoio às atividades produtivas para as comunidades indígenas estão dispostas no Decreto Federal nº 1.141, de 05 de maio de 1994.

⁵⁴ Artigo 1º, incisos I e VII da Lei Federal nº 5.371/67.

As mencionadas ações devem ser efetivadas mediante programas nacionais e projetos específicos, de forma integrada entre si e em relação às demais ações desenvolvidas em terras indígenas, elaborados e executados pelos Ministérios da Justiça, da Agricultura, do Meio Ambiente, da Cultura e do Desenvolvimento Agrário, ou por seus órgãos vinculados e entidades supervisionadas, em suas respectivas áreas de competência legal⁵⁵.

O artigo 9º do Decreto Federal nº 1.141/94 estabelece que as ações voltadas à proteção ambiental das terras indígenas e seu entorno destinam-se a garantir a manutenção do equilíbrio necessário à sobrevivência física e cultural das comunidades indígenas, contemplando:

I - diagnóstico ambiental, para conhecimento da situação, como base para as intervenções necessárias;

II - acompanhamento e controle da recuperação das áreas que tenham sofrido processo de degradação de seus recursos naturais;

III - controle ambiental das atividades potencial ou efetivamente modificadoras do meio ambiente, mesmo aquelas desenvolvidas fora dos limites das terras indígenas que afetam;

IV - educação ambiental, dirigida às comunidades indígenas e à sociedade envolvente, visando a participação na proteção do meio ambiente nas terras indígenas e seu entorno;

V - identificação e difusão de tecnologias indígenas e não-indígenas, consideradas apropriadas do ponto de vista ambiental e antropológico.

O enquadramento jurídico da questão indígena relacionando os diversos e múltiplos instrumentos legais para atendimento dos direitos indígenas vêm de encontro às ações que são conduzidas pelo PBA – CI da BR-163 conduzidos pelo Instituto Kabu, descritos acima com a função de demonstrar que a referida instituição vem conduzindo suas ações observando as recomendações dos referidos instrumentos legais de proteção e garantia dos direitos indígenas no Brasil.

No tópico seguinte trataremos das especificidades de cada subprograma, avaliando a sua execução e os referenciando aos instrumentos técnicos como o atendimento de mitigação, compensação e potencialização de impactos.

⁵⁵ Artigo 2º do Decreto Federal nº 1.141/94.

12 PROPÓSITOS E OBJETIVOS ALCANÇADOS EM UM CONTEXTO DE POTENCIALIZAÇÃO DE CERTOS IMPACTOS POSITIVOS DA BR-163 NA ECONOMIA KAYAPÓ MEKRÃGNOTI.

12.1 Subprograma:

12.1.1 Apoio a Alternativas econômicas sustentáveis

O subprograma de apoio a alternativas econômicas sustentáveis tem por finalidade garantir a sustentabilidade agrícola-ecológica e econômica pelas quais se busca a segurança alimentar e a geração de renda por meio da venda de produtos excedentes ou por meio do incremento de atividades exclusivamente comerciais, como o caso da castanha (*Bertholletia excelsa*) que ao longo dos últimos anos vem sendo explorada comercialmente pelos índios.

Este subprograma tem sua validade na busca de atenuar os impactos relacionados ao aumento populacional do entorno e conseqüente pressão sobre os recursos naturais e de oportunizar a potencialização dos impactos positivos relacionados ao incremento das atividades comerciais dos Mekrãgnoti, devido à facilidade de escoamento da produção resultante da pavimentação da BR-163.

É importante considerar neste contexto que o escoamento da produção de diversos produtos das terras indígenas em todo o país tem sido um grande desafio logístico, onde boa parte do valor do produto está relacionada com os custos do transporte, o que os tornam menos competitivos em grandes centros consumidores.

Contudo a aplicação da medida relacionada ao principal impacto positivo da pavimentação da rodovia tem sido conduzida seguida de alguns contratempos, seja eles do ponto de vista burocráticos; bloqueio de ações por parte da FUNAI, devido à existência de atividades ilegais predatórias dentro da TI. Baú; resultando em contratempos sazonais devido à época de produção (calendário ecológico) de diversas espécies não-madeireiras alvo de potencial econômico-comercial.

Situação que já vem sendo contornada com a expulsão de garimpeiros da TI. Baú permitindo o início das atividades que tem por finalidade, desenvolver um portfólio de produtos da

sociobiodiversidade Kayapó, destacando os produtos da biodiversidade que ao logo dos anos vêm sendo comercializado e buscando encontrar novos produtos com potencial de mercado, além disso, as atividades previstas para iniciarem em fevereiro de 2011 incluem capacitação dos indígenas, formatação de identidade comercial de seus produtos tornando-os mais atrativos e competitivos em centros consumidores e por fim busca-se uma relação com mercados diferente das anteriores pesquisas ou estudos de mercado cujo produto era um relatório, sem atividades que ligassem compradores e os Mekrãgnoti em atividades comerciais que garantam demandas regulares.

Portanto em 2010 1º ano de execução do PBA/BR-163 o subprograma de apoio a alternativas econômicas sustentáveis, contou apenas com uma atividade bem sucedida e ela esta relacionada ao PROJETO MENIRE⁵⁶, que se destaca não apenas por se configurar em uma iniciativa de promoção de geração e distribuição de renda por meio de alternativas econômicas solidárias e sustentáveis, mas de igual modo importante por ser uma iniciativa pioneira destinada às mulheres Kayapó e por reforçar questões importantes como a transmissão da cultura para as futuras gerações e a importância da permanência na TI em detrimento da cidade.

Questões ligadas à quantidade de aldeias atendidas pelo PROJETO MENIRE são passíveis de análise uma vez que atualmente apenas a aldeia Pukany é atendida, ou seja, apenas uma das três aldeias contempladas por esta medida. Outra questão é o relato de que: *“Por fim, fica claro que o PBA sozinho não tem condições de manter o projeto “Menire”, como se pensou inicialmente”*. Isso leva a perceber que muito provavelmente os valores para cobrir as ações do referido projeto dentro do subprograma de Alternativas Econômicas Sustentáveis, estejam defasados ou insuficientes para a execução de todas as etapas da formulação de atividades comerciais, como; treinamentos; desenvolvimento de peças e produtos; relacionamento com mercado e com parceiros comerciais; etiquetas e embalagens dos produtos entre outros.

⁵⁶ Valorização do trabalho da mulher Kayapó – produção de peças a partir da pintura corporal e confecção de objetos em miçanga

13 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES PARA O SUBPROGRAMA DE ALTERNATIVAS ECONÔMICAS SUSTENTÁVEIS

Apesar das ações relacionadas à economia e a geração de renda não serem novas e de já estarem incorporadas no modo de vida Mekrãgnoti é importante ressaltar que ações econômicas envolvendo populações indígenas com complexa organização social e política como o caso dos Kayapó se convertem em sucesso no médio e longo prazo, com amplo esforço das instituições apoiadoras e gestoras, assim como participação e envolvimento das comunidades em todos os processos da concepção do projeto, que deve sempre priorizar ações de economia solidária, participativa e sustentável.

Para isso recomenda-se que a estruturas de gestão dos projetos possam contar com etapas que envolvam os indígenas de forma a dar transparência a resultados, pontos fortes e fracos, ameaças, fraquezas e oportunidades encontrados no andamento dos projetos. Pois os processos de gestão acontecem em ciclos, que precisam ser divididos em etapas que cumprem funções específicas, por exemplo; etapa de articulação; etapa de diagnóstico continuado; etapa de execução; etapa de avaliação e publicação dos resultados a fim de subsidiar medidas corretivas participativas. Tais medidas atenuam o surgimento de expectativas indevidas, que podem não ser atendidas com o projeto.

13.1 RISCOS E DIFICULDADE NOS PROCESSOS DE GERAÇÃO DE RENDA ENTRE OS MEKRÃGNOTI

1. Existe o risco em alternativas econômicas operadas por instrumentos de gestão e mercado, além da condição técnica das especificidades do projeto que podem predominar sobre a agenda político, social e ambiental dos índios, portanto o ideal é que se busque um equilíbrio entre as atividades técnicas e as especificidades étnicas;
2. Outro risco reside na criação de altas expectativas por parte dos índios sobre o que podem conseguir participando do processo. O exemplo fica por conta dos projetos que pararam por falta de mercado (ou) por não conseguir acessá-lo.

14. PROPÓSITOS E OBJETIVOS ALCANÇADOS EM UM CONTEXTO DE MITIGAÇÃO DE IMPACTOS NEGATIVOS DA BR-163 NO TERRITÓRIO KAYAPÓ MEKRĂGNOTI.

14.1 Subprograma:

14.1.1 Proteção e Fiscalização das TIs.

Este programa tem como objetivo principal garantir a integridade e a segurança das TIs e promover ações de vigilância e fiscalização dos limites das áreas indígenas das três aldeias, por meio de ações envolvendo a formação de agentes de fiscalização voluntários indígenas.

Esta medida vai de encontro aos impactos da intensificação da pressão sobre a área decorrente das transformações socioeconômicas que ocorrerão na região em função da pavimentação da BR-163. Com o crescimento da população, haverá um aumento da pressão no entorno e na terra indígena, com vistas ao uso de seus recursos naturais, esta pressão esta associada diretamente à pavimentação da rodovia, onde; *“Duas situações diferenciadas devem ocorrer levando à valorização do preço da terra nas imediações da rodovia. A primeira, desde a fase de mobilização, baseada em processos de especulação com o preço da terra. A segunda, decorrente de uma efetiva valorização das terras (renda diferencial) em função da maior proximidade do mercado consumidor, gerada pelo asfaltamento”.* (EIA/RIMA)

Além disso, as TIs são alvo de ações pontuais como garimpo, pescadores e caçadores não indígenas, além de eventuais intrusões não permanentes como pode se observar nas ações desta medida.

O Programa visa a compensar os seguintes impactos negativos: Aumento da população regional; Aumento e melhoria das vicinais em direção a TI partindo da BR-163; Melhoria das estradas; Aumento do desmatamento no entorno; Invasão das TI; Aumento de pescadores nos rios dentro e no entorno das TIs; Aumento da pressão sobre os recursos naturais; Aumento de caçadores no entorno; Aumento da insegurança nas TIs.

15 AÇÕES BEM ARTICULADAS NA FORMAÇÃO DE AGENTES INDÍGENAS VOLUNTÁRIOS PARA FISCALIZAÇÃO E VIGILÂNCIA TERRITORIAL

Primeiro há de se destacar o primoroso trabalho realizado pelo Instituto Kabu em priorizar ações de fiscalização e vigilância estruturantes onde se opta pela formação dos indígenas e em segundo as ações pioneiras em publicar em um blog as ações deste subprograma contribuindo para democratização de informações de vigilância e fiscalização territorial indígena que podem ser replicados em outras etnias.

Dessa forma utilizando-se das notícias publicadas no blog <http://institutokabu.wordpress.com>, buscou-se analisar as ações bem sucedidas desta medida de mitigação de impacto negativo sobre o território Mekrãgnoti, onde se destaca as seguintes ações:

15. 1 Expedição de vigilância no extremo norte da Terra Indígena Baú, Rio Curuá

03.09.2010 – Agentes ambientais da Terra Indígena Baú e coordenação de campo do Instituto Kabu realizaram expedição de vigilância no extremo norte da Terra Indígena Baú, rio Curuá, conforme orientação recebida do curso de capacitação de agentes ambientais pelo IBAMA, os agentes apreenderam materiais de pesca proibidos por Lei como “espinhel e redes de pesca”, além de grande número de pescados que foram doados para Casa de Saúde Indígena para alimentação dos doentes. Curiosamente denúncias têm partido da própria sociedade de Novo Progresso, que nos informaram que no local denominado Pimental, tradicionalmente chamado pelos Mekrãgnoti de Nekanõrõ (local de uma aldeia antiga na década de 50), está entrando muitos pescadores ilegais que retiram toneladas de pescados sem o mínimo de critério, principalmente não respeitando a proibição de entrada em Terras Indígenas e ao mesmo tempo ferindo o Artigo 231 da Constituição Federal combinado com o Artigo 18, parágrafo 1º da Lei 6001/73 e Artigo 161 do Código Penal. O Instituto Kabu desta forma vem divulgar isto a partir de seu blog como um alerta para a população, no intuito que se respeitem os direitos indígenas. Todos os materiais apreendidos durante essas operações serão informados ao IBAMA através de boletim de ocorrência e os mesmos ficarão em poder das comunidades que serão fiéis depositárias até que se julgue o fato na justiça.

15.2 Novas expedições de vigilância nas terras indígenas

30.08.2010 – O Instituto Kabu começa promover novas expedições de vigilância nas Terras Indígenas a começar pela Base de Vigilância Ngonhõkwapoj, na margem direita do rio Curuaés, área Mekrangnotire, onde foram deixados 03 Agentes Ambientais Indígenas Voluntários que estão cultivando roças, plantando espécies perenes e reformando uma casa de madeira que serve de abrigo para os demais agentes ambientais que por acaso necessitem permanecer por longos dias executando ações de vigilância. Para esta base, o foco deste trabalho é combater prioritariamente invasões e a pesca predatória muito evidente quando observado em expedições anteriores.

15.3 Vigilância e verificação de queimadas

7.07.2010 – Partindo da aldeia Baú, realizaram-se sobrevoos no rio Cateté, que faz limite com a Terra do Meio a leste da Terra Indígena. O motivo principal desta atividade se deve ao site “deolhonoxingu” do Instituto Socioambiental, que tem enviado para as instituições indígenas o mapeamento de focos de queimadas e no demonstrativo do mês de junho 2010 apontava um foco de calor no rio Catete, fronteira da área Baú, suspeitava-se ser invasão de posseiros que porventura teriam procurado um local da área Baú para instalar sua propriedade e intencionalmente queimar uma determinada área para instalação de pastagens, porém nada fora encontrado a não ser suspeita de que seja uma queimada acidental ou por algum fenômeno natural como raios. Durante o sobrevoos fora detectado garimpo em terra firme dentro da área Baú, impacto que já foi denunciado para o IBAMA/DIPRO – Diretoria de Proteção Ambiental, em abril de 2010. É o papel de a instituição cuidar do direito indígena no que tange a exploração ilegal.

15.4 Fiscalização na Terra Indígena Menkragnoti

15 a 25.07.2010 – Realizada a fiscalização na Terra Indígena Menkragnoti, saíram duas equipes com agentes ambientais, lideranças da aldeia Kubenkokre e guerreiros. Um grupo se instalou na margem direita do rio Curuaés (chamado também de Pitxaxá) local denominado por eles de *Ngõnhokwapoj*, trata-se de um grupo ligado ao velho Kokoretí que cuida da proteção da fronteira oeste. No local ele mandou construir uma base (casa de madeira), que serve para abrigar os guerreiros Mekkragnoti por longos dias, visto que os mesmos percorrem muitos quilômetros de

beira de rio monitorando vestígios de intrusão que possam vir do outro lado já que o rio Curuaés é o limite com as fazendas. Os Mekrãgnoti também possuem pequenas roças nesse local como forma de marcar presença, bem como, muitas plantas perenes são cultivadas.

Outro grupo de agentes ambientais sob a coordenação do cacique Nhakete de Kubenkokre, percorreram o limite sul da Terra Indígena Menkragnoti, foram até uma base de vigilância chamada de Pykajaká ('terra branca') nas proximidades entre a Terra Indígena Panará e Menkragnoti. Nesse percurso de 10 dias nada foi encontrado de anormal, nenhuma invasão nas Terras Indígenas, entretanto os Kayapó observaram que o desmatamento vem avançando apesar de maior fiscalização do governo. Vários ramais de fazendas também estão chegando à beira do rio Curuaés, são pontos de pescarias de fim de semana, desta forma o impacto na ictiofauna e na flora como depósito de resíduos sólidos vem aumentando. Denúncias de garimpeiros também são evidentes, as fazendas propiciam essa abertura, poucas pessoas que trabalham nesses estabelecimentos não dão conta de fiscalizar ou mesmo não querem confrontar com esses profissionais que utilizam balsas, dragas e outros equipamentos para retirada do ouro. A situação do rio é sensível, isto reforça a necessidade dos Kayapó acompanharem, fiscalizarem, com intuito de evitar que a área indígena venha sofrer processos contínuos de impactos. Nos locais de vigilância foram registrados roteiros e coordenadas geográficas com o GPS, isto gerará mapas e daqui para frente, será disponibilizado para as comunidades, para o site/blog e principalmente para o trabalho de interação e realização de ações do Instituto Kabu com as comunidades em geral. Essas ações foram custeadas com recursos provenientes do PBA, o Programa de Mitigação de Impactos da BR 163, do fundo ICFC (Fundo Internacional de Conservação do Canadá) e da FUNAI – Coordenação Técnica Local de Novo Progresso – PA.

15.5 Considerações a respeito das ações ligadas a fiscalização e vigilância

As ações de fiscalização e vigilância, que tem por finalidade manter a integridade das terras indígenas, são as principais ações para atenuar os impactos decorrentes da intensificação da pressão do entorno e dentro dos territórios indígenas. Neste contexto é importante lembrar que historicamente estes territórios têm sofrido com intrusões não-indígenas, pressão e atividades ilegais. Além dessas situações existem as questões socioculturais relacionadas ao contato interétnico, das quais se pode destacar a cooptação e o aliciamento de indígenas para permitir atividades ilegais como o garimpo e a retirada de madeiras e analisando esta situação do ponto de vista jurídico, podemos mencionar a constituição de 1988 no artigo 231 que diz:

“São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens”.

Sendo assim, diante do exposto na constituição, pode-se entender que a responsabilidade em proteger as terras indígenas é da união. O caso de garimpo e outras atividades ilegais já deviam ter sido sinalizados nos estudos ambientais e em uma avaliação de cenário, dando subsídio ao poder público e a FUNAI para ações em caso de intrusão autorizada ou não pelos índios. Estas considerações são importantes para que a responsabilidade seja compartilhada, pois no caso da TI Baú, a responsabilidade pela intrusão recaiu somente sobre os índios contrariando o que as leis e decretos dizem.

16. OS CUIDADOS E O APRENDIZADO COM AS ESTRADAS

16.1 Subprograma:

16.1.1 Acesso e ramais.

As estradas no contexto de desenvolvimento territorial são fundamentais, pois são importantes para estimular a economia, integrar a região com a rodovia, promovendo acesso a serviços como escolas e a postos de saúde, mas se não vierem acompanhadas de políticas de desenvolvimento sustentável e ações de sinalização e controle do tráfego, estas podem se configurar em uma rota ilegal de extração de madeira e de ocupação irregular de terras exercendo pressão inclusive sobre a TIs. Além disso, estas estradas implicam em uma nova dinâmica de organização social indígena e influi diretamente nas motivações e frequência de uso. E a partir delas novos riscos surgem como impactos sociais negativos tais como; risco de atropelamento de indígenas; aumento de acidentes e capotamentos; atropelamento da fauna; afugentamento da fauna; vulnerabilidade ambiental, social e cultural, entre outros impactos que necessitam ser monitorados.

Em 2010 um acidente de trânsito na TI Baú assustou a comunidade, onde indígenas na condução de uma caminhonete sofreram um capotamento em uma curva acentuada na estrada que liga a aldeia a BR-163. A estrada está sendo melhorada pelo DNIT, mas necessita de sinalização e redutores de velocidade em especial em áreas de curvas acentuadas.

16.2 Recomendações emergenciais para o uso das estradas pelos indígenas

Levando em conta as situações de acidentes já ocorridas e a frequência de uso das estradas e a programação de abertura de acessos e ramais as aldeias Pukanu e Kubenkokre, recomenda-se:

1. Realizar uma capacitação específica sobre: a) índios e direção; b) bebidas e direção; c) risco de acidentes e atropelamentos; d) transporte seguro e, o não transporte de indígenas nas carrocerias das caminhonetes;
2. Reunião com os diversos atores que prestam suporte às comunidades e se deslocam até a aldeia de carro e no seu retorno oferece carona a indígenas, para orientações de segurança;
3. Que o DNIT, providencie placas de sinalizações na estrada que liga a TI. Baú a BR-163. Com duas finalidades prevenção de acidentes e prevenção de invasões, portanto as placas devem apresentar especificidades para atender e orientar os indígenas e informar a sociedade envolvente da proibição da entrada em Terras Indígenas;
4. Estas iniciativas devem se estender às aldeias Pukanu e Kubenkokre que têm previsto abertura de estradas e ramais de acesso. Recomenda-se que ações preventivas por meio de palestras e oficinas possam informar os índios dos riscos, perigos, vantagens e vulnerabilidades que as estradas oferecem as Terras Indígenas.

Estas orientações não desejam restringir aos indígenas o direito de apresentarem novo acesso por via terrestre a suas aldeias, pois se conhece a situação difícil de acesso e transporte em especial quando os rios baixam e dificultam a mobilidade destes e de ações que precisam ser realizadas nas aldeias. Mas o que se busca é assegurar aos índios ciência e participação no processo de utilização das estradas, garantindo informações, ações de segurança e ações que coíbam a intrusão e o uso indevido das estradas como rotas de acesso a recursos naturais das terras indígenas.

17 AS AÇÕES QUE RECOMENDAM CUIDADOS NA RELAÇÃO COM A SOCIEDADE ENVOLVENTE

17.1 Subprograma:

17.2 Educação ambiental

17.3 O seminário sobre dst/aids e alcoolismo entre os Kayapó Mekrãgnoti

Por meio da consulta aos resultados descritos no RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES do 1º Seminário Sobre Alcoolismo, DST/AIDS entre os Índios Kayapó, fica claro a necessidade de ações educativas, preventivas e de diagnóstico que tragam a tona a real situação dos índios com a sociedade envolvente no que diz respeito ao consumo de álcool e nas relações sexuais entre não indígenas sem o uso de preservativo o que põe os índios em situação de risco e vulneráveis as DST e a AIDS.

Uma observação importante é a tendência natural dos índios em se aproximar das cidades e neste contexto em se aproximar da BR-163, conforme descritos por VERSWJVER, p. 27);

“Por enquanto, todas as aldeias novas, já construídas ou ainda em fase de planejamento, aproximam-se da BR-163, o que implica que dentro de alguns anos, parte da população se encontrará do lado oeste e sul da reserva. Os outros limites da reserva, na parte norte e oeste da reserva, permanecerão desocupados, mas os Mekrãgnoti mesmo vêm isto como uma fase temporária que durará até, como dizem, também ter ‘infraestrutura’, i.é. até surgir cidades do lado este daquela parte do Rio Xingu”

Esta maior presença dos índios em direção a BR-163 é agravada pela facilitação de saída da terra por meio das estradas e novos meios de transportes (carros), adicionados da busca de informações por conta da própria condução do PBA/CI da BR-163, provocaram uma maior frequência dos índios na cidade de Novo Progresso e isso os expõe as diversas relações com a sociedade envolvente, seja ela na aquisição de alimentos e vestuários ou na busca e consumo eventuais de bebidas alcoolicas e até mesmo no surgimento e intensificação de união entre índios e não-indigenas, como o exemplo de relações sexuais ocasionais e até mesmo relacionamentos mais estáveis. De todo modo, as situações apresentadas são catalizadores para o surgimento de

problemas como o consumo de álcool e o surgimento de doenças (DST/AIDS e outras Hepatites Virais).

As ações do 1º seminário em muito contribuiu para sensibilização, educação, informação e prevenção das questões relacionadas com o consumo de bebidas alcoólicas por indígenas, dentro e fora da aldeia e pelo surgimento de DST e até mesmo caso de AIDS entre indígenas. Embora entre os Kayapó das três aldeias envolvidas no seminário não foi registrado nenhum caso de AIDS⁵⁷, a comunidade é unânime em apontar os casos de conflitos envolvendo o consumo de álcool e também os casos de homens que apareceram com Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Portanto é importante considerar o calendário que visa a continuidade das ações prevista para o combate, prevenção e ações educativas relacionados a DST e ao alcoolismo.

17.4 recomendações e sugestões para ações educativas e preventivas sobre DST e alcoolismo entre os Kayapó Mekrãgnoti

De modo especial o relatório de avaliação das atividades do 1º Seminário Sobre Alcoolismo, DST/AIDS entre os Índios Kayapó, deixa claro recomendações para os próximos passos na condução das ações deste programa. De modo que recomendamos que as ações listadas neste relatório que indica as atividades; ações; prazo e responsáveis possam ser seguidos contribuindo para o diagnóstico da atual situação dos Kayapó em relação ao alcoolismo e as DSTs e que esta informação permita a continuidade das ações de prevenção e educação quanto ao tema.

18 O PROJETO ALDEIA LIMPA E SUA INSERÇÃO NO CONTEXTO DA REDUÇÃO DA GERAÇÃO DO LIXO NAS ALDEIAS MEKRÃGNUTI

O Projeto Aldeia Limpa tem por objetivo central implantar um modelo de gestão participativa do lixo nas Terras Indígenas Menkragnoti e Baú, que possa reverter à situação de geração crescente de resíduos sólidos nas aldeias.

⁵⁷ Embora os índios e a FUNASA, não apontem o registro de casos de AIDS entre os indígenas das três aldeias envolvidas no seminário, não se pode descartar que casos podem existir, portanto para 2011 está previsto ações de diagnóstico, inclusive com teste de HIV e sífilis nas próprias aldeias. Esta atividade está sendo combinada com a Secretaria de Vigilância em Saúde, departamento de DST, AIDS e Hepatites Virais.

A maioria das aldeias indígenas brasileiras atualmente conta com a problemática da geração de lixo crescente. O problema do Lixo nas aldeias está relacionado à aproximação da sociedade envolvente em especial atraída por mega projetos de infraestrutura como estradas e hidrelétricas e potencializada pelos projetos de assentamentos e colonização do INCRA (ARAÚJO, 2010).

Com o passar dos tempos e com a proximidade com algumas cidades, os povos indígenas incorporaram em sua economia de subsistência a aquisição de produtos industrializados. *De forma indireta e cumulativa a abertura de estradas e a ida frequente de chefes de famílias indígenas a cidade, esta associada ao aumento da geração e destinação incorreta do lixo nas diversas TIs brasileiras.* (ARAÚJO, 2010). O acesso e a entrada de produtos industrializados e do rancho (compra de alimentos), cujas embalagens, constituem atualmente os principais tipos de resíduos encontrados nas Aldeias; *“Na maioria das Terras indígenas, o contato com o meio urbano lhes trouxe novos hábitos de consumo, de forma a adquirir produtos industrializados, cujas embalagens constituem os principais componentes do lixo gerado nas aldeias.”* (ARAÚJO, 2010).

Por meio da consulta aos resultados descritos no Relatório de Avaliação das Atividades de Implantação do Projeto Aldeia limpa, observou-se que mesmo com o sucesso de boa parte da programação, o sucesso do programa depende da incorporação gradativa de ações de gestão dos resíduos sólidos através de processos educativos como os que estão previstos para 2011 através de oficinas para uso de cartilhas elaboradas na primeira fase do projeto, estabelecendo um maior alcance das famílias incluindo crianças e as escolas indígenas.

Um dos principais pontos positivos do Projeto Aldeia Limpa está no fato do mesmo contar com indicadores de avaliação que permitem a correção de atividades que não foram bem sucedidas, desta forma o relatório de avaliação deixa claro as atividades desenvolvidas, avaliação destas atividades do ponto de vista de assimilação e participação indígena, passa pela preposição de medidas corretivas e indica os próximos passos, datas e responsáveis. Estas ações fatalmente irão conduzir para o sucesso do projeto resultando na redução do lixo nas aldeias.

18.1 Pontos importantes na consolidação das ações de redução do lixo nas aldeias

As ações do Projeto Aldeia Limpa contaram com a integração de medidas que juntas permitissem a capacitação indígena, a implantação de lixeiras e a consolidação de ações educativas junto aos visitantes, de tal maneira que se podem destacar ainda as ações:

1. Construção da infraestrutura; 2. Definição de como o lixo será retirada das aldeias; 3. Elaboração e Execução da política do lixo; 4. Elaboração e produção da cartilha sobre o lixo no contexto do Projeto Aldeia Limpa; e por fim a realização do 1º Seminário Etnoregional de Profissionais e Organizações que atendem aos Kayapó das aldeias Baú, Pukanu e Kubenkokre, previsto para 2011.

18.2 Recomendações e sugestão para ações do Projeto Aldeia Limpa

De modo claro o relatório de avaliação das atividades da implantação do projeto aldeia limpa, descreve as principais recomendações para os próximos passos na condução das ações deste programa. De modo que se recomenda que as ações listadas neste relatório que indica as atividades; ações; prazo e responsáveis possam ser seguidos contribuindo para a continuidade e consolidação do modelo participativo de gestão do lixo nas aldeias Mekrgnotire.

19. DOCUMENTAÇÃO DO PBA DA RODOVIA BR 163, RELACIONANDO AO ACOMPANHAMENTO INDÍGENA

19.1 Subprograma:

19.1.1 Documentação

O programa de documentação é transversal aos demais. Seu principal objetivo é registrar o processo de implementação das atividades proposta no PBA, o que dá a este um caráter participativo e transparente permitindo aos indígenas que acompanhem as atividades desenvolvidas pelo Instituto Kabu, de modo que possam apontar sugestões e reivindicações a respeito da forma de condução do PBA.

O Blog do Instituto Kabu postado na data de 07 a 10/09-2010 – trás as informações de como o programa vem sendo conduzido e quais as ações foram realizadas para atender aos objetivos do referido programa.

“neste período realizaram uma Capacitação pelo subprograma Documentação do PBA da rodovia BR 163, relacionando ao Acompanhamento Indígena das Atividades do PBA, ministrado pelo consultor especialista em Convênios, Reginaldo Rodrigues Nascimento da empresa Alquimia Estratégias Sociais da cidade de Brasília – DF. Todos os funcionários do Instituto Kabu participaram da capacitação dada sua importância frente os desafios que uma organização não governamental enfrenta ao convênios com órgãos do governo brasileiro como é o caso do programa de compensação ambiental da rodovia BR 163 convênio com a FUNAI, bem como, outros convênios que poderão surgir ao longo do tempo, principalmente se o Instituto Kabu especializar neste tipo de formação de parceria. O objetivo maior desta Oficina foi capacitar 06 indígenas sendo 02 de cada comunidade, prepará-los para o acompanhamento das atividades do PBA, os mesmos saberem quais Leis e Instruções Normativas regem esses convênios, como é realizada a prestação de conta, como são feitas as aquisições pelo Instituto Kabu, as exigências para as empresas, os pagamentos, saldos de cada aldeia atualizados etc. Houve uma negociação entre Instituto Kabu e as comunidades para que seus interlocutores fossem muito bem escolhidos com objetivo dos mesmos terem capacidade de transmitir informações relativas ao PBA, nas reuniões que acontecem diariamente na “casa dos homens”, nas suas aldeias. Os principais tópicos desta capacitação envolveram as seguintes atividades: Legislação aplicada à execução de convênios, quais sejam: Instrução Normativa da Secretaria nº 01/do Tesouro Nacional, com os seguintes roteiros: esclarecimentos aos coordenadores e membros das comunidades Kayapó sobre a forma de aplicação do recurso com estrito cumprimento da legislação pertinente, apresentando-lhes de forma prática a execução do Plano de Trabalho; exemplos de acordo com a aplicação da legislação nos casos concretos já executados; apresentação de alternativas práticas para promover as aquisições e contratação; orientações sobre a correta formalização dos processos de contratação; exposição das mais frequentes formas de contornar dificuldades, permitindo decidir com segurança as aquisições e contratações e apoio ou orientações quanto a composição dos Anexos da Prestação de Contas, bem como seu preenchimento (prazos, documentos exigidos e conciliação bancária). Durante os próximos 04 anos, o Instituto Kabu continuará promovendo este tipo de capacitação de acompanhamento das atividades objetivando estabelecer um sistema de transparência cada vez maior e fortalecendo a relação com as comunidades Menkrãgnõtire e sua unidade organizacional”.

20 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração das informações a respeito dos subprogramas do PBA – CI da BR-163 deixa claro um cenário de articulação institucional e de ações propostas e conduzidas pela organização indígena Instituto Kabu. Estas ações têm seguido critérios participativos, possibilitando maior transparência das ações, envolvendo os indígenas na condução das atividades de cada subprograma.

As avaliações preliminares apontam a necessidade de ações que possivelmente foram desconsideradas na elaboração do PBA, como à sinalização das estradas e acessos as TIs. Implantação de redutores de velocidade e oficinas para educação e prevenção de acidentes no trânsito os quais devem ser inclusos no subprograma de acessos e remais.

As demais avaliações e a bem estruturada avaliação antropológica, retratou de forma histórica as mudanças que estão sendo acelerada pelo processo de percepção indígena no que se refere à pavimentação da BR-163 e as implicações na melhoria da infra-estrutura da região.

Por outro lado ao ampliar o contexto de inserção macro-regional, os Kayapó Mekrãgnoti estão ligados a interferência do conjunto de projetos propostos para a região que não só dizem respeito à pavimentação da BR 163, mas adicionados por impactos de efeitos sinérgicos e cumulativos dos empreendimentos: hidrelétrica de Belo Monte e a pavimentação da BR-230. Essa observação reforça a necessidade de estudos para visualizar, por meio da proposição de cenários de que modo os Mekrãgnoti serão afetados.

De forma conclusiva os subprogramas avaliados necessitam de mais tempo de execução, visto que suas ações se consolidam no médio e longo prazo e antes de apontar mudanças o que se sugere é que cada subprograma a exemplo das ações ligadas ao projeto aldeia limpa contem com instrumentos próprios de avaliação anual, onde além das avaliações técnicas os índios por meio de questionários ou outros, possam avaliar as iniciativas e proporem alterações caso sejam necessárias.

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Cleber Oliveira de. *1º Seminário Sobre Alcoolismo, DST e AIDS entre os Kayapó, aldeias Baú, Pukany e Kubenkokre*. Plano Básico Ambiental (PBA -163) da BR – Cuiabá /Santarém - Novo Progresso/PA, 2010.

ARAÚJO, Cleber Oliveira de. *Programa Aldeia Limpa*, gestão do lixo para mitigar impactos da BR-163, sobre as TI. Baú, Pukany e Kubenkokre , Plano Básico Ambiental (PBA -163) da BR – Cuiabá /Santarém, 2010. - Novo Progresso/PA. 2010.

ARAÚJO, Cleber Oliveira de. *Projeto Gestão do Lixo em Florestas Indígenas*, oficina de formação de agentes ambientais, Arara da Volta Grande do XINGU - Habitat Socioambiental – Altamira/PA, 2008.

GONÇALVES, Aguinaldo, Neusa Nunes da Silva e 2004. Exposição humana ao mercúrio na Amazônia brasileira: uma perspectiva histórica. *Revista Panam Salud Publica* (Washington), vol. 16(6).

TURNER, Terence. Os Mebengokre Kayapó: História e mudança social. De comunidades autônomas para a coexistência interétnica. *História dos Índios no Brasil* (Manuela Carneiro da Cunha, ed.). São Paulo: Companhia das letras/SCM, 1992: 311-338.

VERSWIJVER, Gustaaf. *Considerations on Mekrãgnoti Warfare*. Tese de doutorado. Universidade federal de Ghent, 463 p. 1985.

VERSWIJVER, Gustaaf. *The Club-Fighters of the Amazon: Warfare Among the Kaiapó Indians of Central Brazil*. Ghent: Universa – Universidade Federal de Ghent. Trabalhos editados pela Faculdade de Letras e Filosofia, vol. 179: 378 p. 1992.

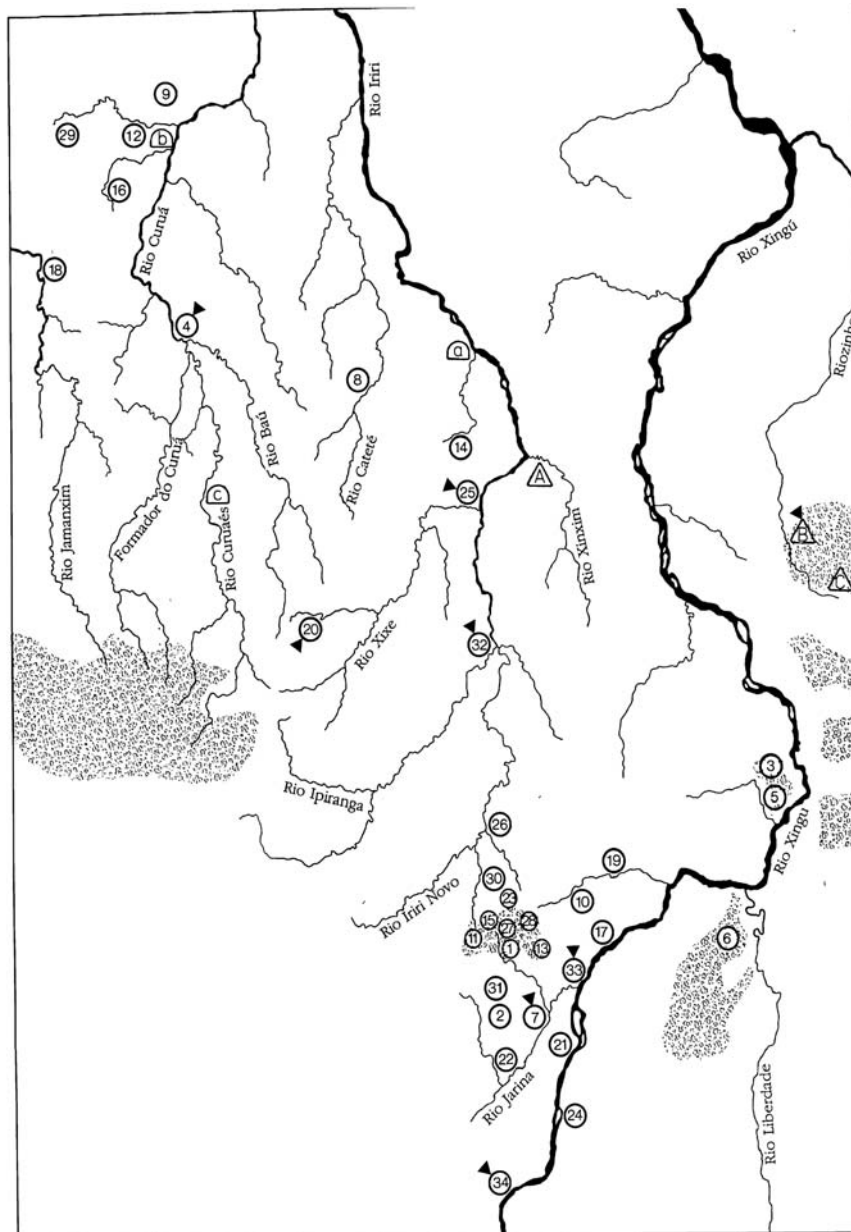
ZIMMERMAN, Barbara. *A Brief 20th to 21st Century History of the The Kayapo and Their Involvement in Mahogany Logging*. Relatório inédito, 12 p. 2005.

Sites

www.kabu.org.br

www.institutokabu.wordpress.com

ANEXO 1 - Mapa da região ocupado pelos Mekrãgnoti e Metuktire (1905-1975) apud Verswijver (1992: 343).



Map 9. — Approximate location of all Mekrãgnoti villages occupied in the period 1905-1990 (black triangles indicate airstrips).

- 1 *adytirmeky*; 2 *akranhĩkrô*; 3 *arek-re*; 4 *baú* [PI Baú]; 5 *djw̃ykapĩdjã*; 6 *kapôt-nĩnõr*; 7 *kengå* [PI Jarina]; 8 *kenpoti*; 9 *krãnhkaê*; 10 *krãnhkrax*; 11 *krãnhmrôpryjaka*; 12 *krãnhnĩnõ*; 13 *krãnhtykti*; 14 *krôdjãm-re*; 15 *kũmjêkô*; 16 *kw̃yr̃djỹti*; 17 *ngôrãrãnk*; 18 *ngôkamrêkti*; 19 *ngrwakre-re*; 20 *pi'ydjãm* [PI Menkranoti]; 21 *porori*; 22 *pykabãr*; 23 *pykakarãkumex*; 24 *pykanhikãnhkãry*; 25 *pykany* [PI Pukanu]; 26 *rikrekô-re*; 27 *ropkakô*; 28 *rojokô-re*; 29 *rõn'ôkrĩdjã*; 30 *rõntinõr*; 31 *tekãdjỹtidjãm*; 32 ? [PI Kubenkókore]; 33 ? [PI Mentuktire]; 34 ? [PI Kretire].

A *kendjãm* (old Kôkrajmôr village site); B *krã'ãbõm* (site of Kubẽkrãkẽnh village); C *pykatõtĩ* (site of ancient village of the Goroti Kũmrẽnhtx).

• Dãsto Candagã; • Dãsto Curuzã; • Dãsto Bĩstĩã

ANEXO 2 - A ‘descoberta’ pelos Mekrãgnoti da BR-163

Por Gustaaf Verswijver

Os primeiros contatos que os Mekrãgnoti mantiveram com os Brancos datam de 1953-1954, 1957 e 1959⁵⁸. Em total, a população dos Mekrãgnoti setentrionais e centrais somava entre 800 e 1.000 indígenas. Uma década depois, em 1965, a população total alcançou apenas 400 indivíduos... Inútil de dizer que na década de 1960, os Mekrãgnoti estavam essencialmente preocupados com a sobrevivência física. Foi um processo de recuperação longo e penoso, que levou três décadas (1960s até 1980s). Com a população reduzida e lutando pela sobrevivência, os Mekrãgnoti não executaram grandes expedições a regiões muito remotas das aldeias. De fato, as únicas verdadeiras expedições longínquas foram para as regiões em que, estimulados pela FUNAI e para atender as iniciativas da mesma, foram recolher castanhas-do-pará para as comunidades gerar certa renda e poder adquirir bens industrializados que, já naquela época, eram muito cobiçados.

A aldeia dos Mekrãgnoti setentrional está localizada numa área particularmente rica em castanhas-do-pará, os habitantes desta comunidade não precisavam se deslocar para locais distantes da aldeia para recolher grandes quantidades de nozes. A situação era diferente para os Mekrãgnoti centrais que deviam se deslocar mais de 180 quilômetros (vista aérea) para alcançar castanhais. Estas expedições duravam uma média de dois meses, os participantes destes empreendimentos (em maioria homens acompanhados de algumas mulheres) logo em seguida voltavam para a aldeia.

Assim sendo, foi apenas depois, na segunda parte da década de 1980, que os Mekrãgnoti perceberam que havia sido construída uma rodovia, chamada de BR-163 e cruzando no sentido norte-sul as trilhas que ligavam o núcleo de seu habitat com a área do Rio Jamanxim. Esta ‘descoberta’ coincidia não apenas com o momento na sua história que os Mekrãgnoti se sentiram

⁵⁸ Em 1953-54, os irmãos Cláudio e Orlando Villas Bôas entraram em contato amistoso com quase todos os Mekrãgnoti centrais e meridionais (incluse os grupos que hoje habitam a Terra Indígena Menkragnoti). Foi Fransisco Meirelles, outro sertanista conhecido, que estabeleceu os primeiros contatos com os Mekrãgnoti setentrionais que hoje ocupam a Terra Indígena Baú. Em 1959, quando Fransisco Meirelles retomou contatos com os Mekrãgnoti centrais, ele não sabia que a este grupo já contatado duas vezes antes, havia se estabelecido a facção mekrãgnoti liderada pelo Kenti e que não tinha sido contatado durante as expedições anteriores.

mais seguros com o que se refere à dinâmica demográfica, percebendo uma evolução positiva acoplada de assistência à saúde cada vez mais apropriada e eficiente, mas também com o momento que se reiniciou a era das viagens a lugares afastados. Desta vez não sob a forma de expedições propriamente ditas, mas de viagens efetuadas por indivíduos que se deslocaram para visitar cidades e outros núcleos brasileiros. A maioria destes deslocamentos se fez por via aérea, pois o processo coincidiu com a aproximação dos madeireiros às comunidades Mekrãgnoti — isto depois que as outras sociedades Kayapó já haviam fechado convênios com madeireiros para a exploração na Terra Indígena Kayapó, localizada a leste da Terra Indígena Menkragnoti. Foi assim que as lideranças Mekrãgnoti e, em seguida também os outros membros das comunidades, começaram a se deslocar cada vez mais frequentemente, primeiro para Redenção (Sul do Pará) e depois para as cidades que tinham surgido ao longo da BR-163, especialmente aquelas situadas no Norte do Estado do Mato Grosso.